

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



Relatório de Estágio Curricular
Tratamento do Arquivo da Província da Ordem Hospitaleira de S.
João de Deus de 1921

Maria Inês Oliveira Antunes dos Santos

Orientadora: Prof. Doutora Maria de Fátima Reis

Relatório de Estágio Curricular especialmente elaborado para obtenção de grau de Mestre em História, na área de especialização em História Moderna e Contemporânea

2019

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, um agradecimento à Doutora Carmina Montezuma, a minha orientadora no Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, no Telhal, por toda a sua orientação e paciência, e aos meus colegas Margarida e Válder, que tornaram toda a minha experiência na Instituição mais agradável.

Em segundo lugar, um grande obrigado à Prof. Doutora Maria de Fátima Reis, que no momento em que estava mais perdida, me conseguiu orientar.

Obrigada a todos os que me apoiaram e acreditaram em mim em todo o meu período académico, mas um especial agradecimento ao meu pai, à minha mãe, à minha irmã Marta, e ao Henrique Craveiro, sendo estes a minha família mais próxima e os que por mim mais zelam.

Obrigada aos meus amigos, os mais antigos e os mais recentes, por me terem proporcionado alegria nas alturas em que tudo parecia descambar, que embora não podendo referir todos à minha volta, não posso deixar de agradecer à Ana Xavier, ao João Tiago Moura, à Joana Matias, à Joana Duarte e à Laura Reis Colaço.

Agradeço às minhas companheiras de casa, especialmente à Adriana Anísio, que me ensinou a experienciar a vida com outros olhos.

E por fim, obrigada ao André Gouveia, que me mostrou que as pequenas coisas são as que mais importam.

RESUMO

O presente relatório é um reflexo do estágio curricular elaborado no âmbito do Mestrado em História, especialidade em História Moderna e Contemporânea. Foca-se no trabalho de arquivo que foi feito no Museu de S. João de Deus – Psiquiatria e História, pertencente à Ordem Hospitaleira de São João de Deus, localizado na Casa de Saúde do Telhal, entre 17 de setembro e 9 de dezembro de 2018.

O estágio foi uma oportunidade de aproximação ao mercado de trabalho, especialmente na área dos arquivos e também toda a experiência de estar num museu. As informações aqui encontradas não são apenas das atividades realizadas, mas também um enquadramento da história da Ordem, da Casa de Saúde do Telhal, e da psiquiatria enquanto ciência e em Portugal, essenciais para atuar no referido arquivo.

Palavras-chave: Psiquiatria, S. João de Deus, Telhal Arquivo.

ABSTRACT

The present report reflects the practical activity of a curricular internship, within the scope of the Master in History, specializing in Modern and Contemporary History. It focuses on the archive work that was done at the Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História, between September 17 and December 9, 2018. This museum belongs to the Hospitaller Order of St. John of God, and it is located at the Telhal Health House.

The internship was an opportunity to get closer to the job market, especially on the archive's area, providing also the whole experience of being in a museum. The information found here is not only regarding the performed activities, but it is also a framework of the history of the Order, the Telhal Health House, and psychiatry as a science and in Portugal, essential to work in that archive.

Keywords: Psychiatry, S. João de Deus, Telhal, Archive.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	3
RESUMO	4
ABSTRACT	5
LISTA DE ABREVIATURAS	8
INTRODUÇÃO	9
1. A PSIQUIATRIA:	11
1.1. Breve contextualização	11
1.2. O alienado, o alienista e o alienismo	17
2. ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS	20
2.1. S. João de Deus	20
2.2. Os primeiros Hospitaleiros em Portugal	22
2.2.1. Hospital de S. Jorge	22
2.2.2. Convento/Hospital de S. João de Deus de Montemor-o-Novo	24
2.2.3. O Convento de S. João de Deus na Pampulha	27
2.3. A restauração da Ordem em Portugal	28
2.4. A Casa de Saúde do Telhal	30
2.4.1. A Casa de Saúde do Telhal até 1910:	30
2.4.2. O Telhal entre 1910 e 1918:	34
2.4.3. Província de Portugal	35
3. O MUSEU	38
3.1. O antigo edifício – Escola Apostólica de S. João de Deus	38
3.2. Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História	39
3.2.1. Funcionários:	39
4. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR	42
4.1. Contextualização	42
4.1.2. Localização e trajeto	44
4.1.3. Local de trabalho	45
4.2. Atividade realizada	45
4.2.1. Proteção de dados	46
4.2.2. Conteúdo dos <i>dossiers</i>	46
4.2.3. Estado dos <i>dossiers</i>	50
CONCLUSÃO	56
BIBLIOGRAFIA	58

SITIOGRAFIA	60
ANEXOS	62
Tabela – Listagem de documentos no <i>Dossier</i> nº 1	62
Tabela – Listagem de documentos no <i>Dossier</i> nº 2	72
Tabela – Listagem de documentos no <i>Dossier</i> nº 3	80

LISTA DE ABREVIATURAS

CST – Casa de Saúde do Telhal

EASJD – Escola Apostólica de S. João de Deus

OHSJD – Ordem Hospitaleira de S João de Deus

PPOHSJD – Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus

MSJD – Museu S. João de Deus

MSJD-PH – Museu S. João de Deus-Psiquiatria e História

INTRODUÇÃO

O presente relatório advém de um estágio curricular de 420 horas (aproximadamente três meses), de 17 de setembro a 7 de dezembro de 2018, no “Museu de S. João de Deus – Psiquiatria e História”, na Casa de Saúde do Telhal, Vale de Lobos, que tem o propósito de terminar o Mestrado em História Moderna e Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

O local do estágio foi indicado pela Prof. Doutora Fátima Reis, estando ele inserido no tema de trabalho escolhido da unidade curricular frequentada no primeiro ano de mestrado, “Igreja, Doutrina e Assistência Social”, sendo o tópico a psiquiatria em Portugal. Partimos da obra do médico alienista Luís Cebola, profissional que teve um papel importantíssimo durante o século XX na CST.

Depois de formalizados todos os processos para a elaboração do estágio curricular foi-me atribuída a tarefa de ver acervo da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus do ano de 1921 – organizar os *dossiers* segundo uma ordem numeral, dado que todos tinham um número escrito, e inventariar a sua informação em formato digital;– foram cerca de 1100 documentos no total, equivalente a três *dossiers*.

Já alguns trabalhos tinham sido feitos sobre Luís Cebola, como por exemplo a tese de Doutoramento de Denise Pereira, sobre *Visões da Psiquiatria, Doença Mental e República no Trabalho do Psiquiatra Luís Cebola (1876-1967): uma Abordagem Histórica nas Encruzilhadas da Psiquiatria, Ideologia Política e Ficção, em Portugal, na Primeira Metade do Século XX*, em que a mesma esteve no MSJD a ver o espólio de Aires Gameiro, no entanto, até ao momento os *dossiers* ainda não tinham sido organizados.

O relatório tem a finalidade de analisar o trabalho desenvolvido durante o período de estágio, mostrando a sua importância e objetivo.

1. A PSIQUIATRIA:

1.1. Breve contextualização

Na sua acepção moderna no final do século XVIII, a psiquiatria foi encarada enquanto “especialidade”, uma vez que os médicos que se dedicavam a estes saberes representavam um grupo *sui generis*, os alienistas, que possuíam conhecimentos e metodologias singulares. Para estes clínicos, o louco era ser encarado como um iludido espiritual, de que se esperava poder expulsar o erro que alimentava a insanidade. Não só a loucura, como todos aqueles que se encontravam envolvidos no tratamento, eram considerados não só impuros, mas quase lunáticos¹.

A revolução concretizada por Pinel² e Esquirol³, no âmbito dos saberes da loucura, contribuiu para muitas alterações que conduziram ao triunfo das ideias liberais e às primeiras denúncias da condição infra-humana em que viviam os doentes mentais. Por um lado, Pinel em Bicêtre e em Salpêtrière, no advento dos princípios da Revolução Francesa, foi o primeiro a libertar os alienados das algemas e grilhões que lhes prendiam o corpo e os movimentos, introduzindo transformações marcantes na perceção que a sociedade tinha do louco, o qual passaria a ser encarado como enfermo, devendo ser tratado como tal, embora continuasse balizado pelo seu estatuto de inferioridade⁴.

Acreditava que algumas formas de loucura, não orgânicas, poderiam ser curadas pela educação, porquanto os estados de alma estavam correlacionados com o funcionamento do corpo. Deste modo, para se aceder a uma cura da alma teria de agir-se sobre o corpo indisciplinado através da disciplinarização e normalização do trabalho⁵.

De forma semelhante, o contributo de Esquirol foi igualmente importante para o desenvolvimento da psiquiatria forense, tendo como sustentáculo a introdução da

¹ Vide Susana Margarida dos Santos Ramos, *Loucura, Criminalidade e Marginalidade: Triangulação nos Territórios de Exclusão Social*, dissertação de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005. Exemplar policopiado, p. 48.

² **Philippe Pinel** (1745-1826) foi pioneiro no tratamento de doentes mentais e um dos precursores da psiquiatria moderna. Vide <http://portal.saude.sp.gov.br/caism-philippe-pinel/institucional/quem-foi-philippe-pinel>.

³ Jean-Étienne Esquirol (1772-1840), psiquiatra francês discípulo de Pinel. Vide <https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/quem-foi-philippe-pinel-e-esquirol/32125>;

⁴ Vide, Susana Margarida dos Santos Ramos, *op cit.*, p. 48.

⁵ Vide. idem, *ibidem*, pp. 48-49.

diferenciação de manias, que patenteavam a loucura propriamente dita, das monomanias que eram as loucuras parciais, onde o homicídio representava o crime privilegiado⁶.

A primeira lei europeia relativa aos alienados, surgida em 1838, veio da influência direta de Pinel e Esquirol. A lei incidia no tratamento e internamento dos loucos, porquanto eram “perigosos para si próprios e para os outros”, introduzindo a conceção de perigosidade psiquiátrica. Assim, constituiu referência para a promoção da assistência aos doentes mentais em vários países, tendo, entre muitas outras inovações, avançado com a obrigatoriedade da criação de asilos e, paralelamente, com a deslocação para os médicos da decisão de internamento, sem necessidade de ordem prévia do tribunal. A família perdia também a sua capacidade para continuar a dominar o processo de internamento⁷.

Desde 1775 até 1848-1850, o Hospital de São José tinha a função de albergar os alienados, concretamente através das enfermarias de São Teotónio (para homens) e Santa Eufémia (para mulheres)⁸, sendo que as condições eram miseráveis⁹ - não reuniam condições necessárias na medida estrutural, para a recuperação dos alienados, nem davam conta do volume de solicitações provenientes de todo o país¹⁰.

Sobral Cid questionou a razão pela qual surgiu este serviço de assistência manicomial, dividindo-se entre uma lógica de defesa social e de proteção familiar ou, em alternativa, uma racionalidade assistencialista, e nalguns casos, curativas¹¹.

Devido às condições dos alienados serem semelhantes às das cadeias, foi constituída em 1862 uma comissão, tal como tinha acontecido na década de 1820, no âmbito penitenciário, destacando-se, entre outros, o nome Clemente Bizarro, na qualidade de médico das enfermarias, investigando as mesmas, para averiguar o fundamento das queixas apresentadas sobre a inexistência de condições sanitárias e de alimentação mínima em São José. Havia mais de 40 indivíduos a quem tinha sido dada alta, mas que lá ficaram por falta de alternativas, uma vez que não teriam para onde ir. António Sampaio

⁶ Vide *idem, ibidem*, p. 49.

⁷ Vide *idem, ibidem*.

⁸ Vide Nuno Borja Santos, “O Hospital de Rilhafoles e os Asilos de Alienados na Europa do Século XIX”, *Logos. Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE*, vol. 9, nº 2, dezembro 2011, pp. 68 – 81. Disponível em http://www.psilogos.com/Revista/Vol9N12/Indice11_ficheiros/Borja_Santos_p68-81.pdf, p. 70.

⁹ Vide *idem, ibidem*, p. 79.

E Vide, Susana Margarida dos Santos Ramos, *op. cit.*, p. 49.

¹⁰ Vide Ana Leonor Pereira “A Institucionalização da Loucura em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 21, novembro 1986, pp. 85-100. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11684>, p. 87.

¹¹ Vide, Susana Margarida dos Santos Ramos, *op. cit.*, pp. 49-50.

deu quantidades avultadas para a construção de um hospital de alienados, onde estes fossem tratados de maneira mais humana. O seu filho Osborne aumentou o contributo¹².

No Porto, três décadas mais tarde foi construído o Hospital Conde de Ferreira¹³, que teria na direção António Sena e como objetivo aliviar o Hospital de Rilhafoles, porém o propósito não foi concretizado¹⁴.

No Hospital de Rilhafoles, o regulamento de 1851 constituiu um documento importante, que defendia, de forma determinada, a terapêutica ocupacional e a persuasão de doentes, que, concomitantemente com Portaria de 10 de maio de 1850, traduzia grande parte da racionalidade asilar existente. Assim, devido ao elevado número de doentes, foi estabelecido que a admissão deveria dirigir-se exclusivamente aos alienados curáveis ou aos incuráveis que, pelas ações maléficas ou desonestas, eram perigosos para a sociedade¹⁵.

Ficou também estabelecido que o hospital deveria funcionar como um asilo, assumindo funções de tratamento para alienados do reino. Os alienados não seriam colocados de forma arbitrária, mas separados em indigentes e não indigentes, sendo estes últimos agrupados em classes (1^a, 2^a, 3^a e 4^a), consoante uma quota mensal a pagar pelas respetivas famílias ou curadores¹⁶.

Previo-se que tanto os alienados indigentes ou não indigentes de 4^a classe seriam distribuídos, quando estivessem reunidas as condições de capacidade, por subdivisões, designadamente a dos tranquilos limpos, a dos agitados, a dos imundos, a dos afetados de moléstias acidentais. O valor pago pelos pensionistas só viria a sofrer alterações por força do decreto de 8 de novembro de 1892, tendo mantido a mesma quantidade desde o regulamento de 1851¹⁷.

Como consequência da Portaria de 10 de maio de 1850, o Hospital de Rilhafoles transformou-se num depósito desordenado de alienados¹⁸, onde se encontravam pobres não reclamados, presos e transportados pela polícia. Contrariamente, os alienados de famílias abastadas, ficavam geralmente em casas de saúde dirigidas por particulares¹⁹.

¹² Vide idem, *ibidem*, p. 50.

¹³ Vide Bárbara Barbosa, *Dos Asilos aos Centros de Saúde Mental: O Caso do Porto*. Dissertação de Mestrado no ramo de História Contemporânea, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017.

¹⁴ Vide Susana Margarida dos Santos Ramos, *op. cit.*, p. 50.

¹⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 51.

¹⁶ Vide idem, *ibidem*.

¹⁷ Vide idem, *ibidem*.

¹⁸ Vide idem, *ibidem*.

¹⁹ Vide idem, *ibidem*.

Perante este falhanço, tentaram alcançar-se soluções administrativas – O superintendente do concelho deveria impedir a divagação de pessoas alienadas e de animais malfazejos, cabendo às autoridades administrativas e policiais a manutenção da ordem vigente²⁰.

Competia ao Administrador do Concelho averiguar a existência de vaga no Hospital de Rilhafoles e, se a resposta fosse afirmativa, o alienado deveria ser enviado para esta instituição, caso contrário, iria para a cadeia, o que acontecia na maioria dos casos, ficando assim sujeito ao mesmo regime de alimentação, de dormida e de repressão dos reclusos, ou, se fosse alegre e divertido, ser-lhe-ia destinada uma função de entretenimento, ou em último caso, poderia ser remetido pelas autoridades para Lisboa, onde seria abandonado nas ruas para que a polícia o prendesse e resolvesse o problema da forma mais conveniente²¹.

Sabe-se que durante a última década do século XIX foi um dos períodos mais dramáticos em Rilhafoles, entrando os serviços hospitalares em declínio. Foram múltiplos os casos que contribuíram para essas dificuldades, salientando-se a desproporção entre o número de internados, que tinha aumentado de maneira exponencial, e a escassez de recursos humanos e verbas essenciais para uma intervenção adequada²².

Conquanto nesta altura Portugal não tinha um ensino oficial de patologia mental, os médicos que se dedicavam a estes assuntos, quando iam a tribunal eram obrigados por lei, a pronunciarem-se relativamente a estas questões. Miguel Bombarda, apesar de ter começado a sua carreira como professor de Fisiologia, especialmente interessado no sistema nervoso central, teve um papel fulcral na implantação da psiquiatria forense, já na qualidade de diretor do Hospital de Rilhafoles, enquanto instituição estatal de assistência a doentes mentais, sendo frequentemente solicitado para emitir pareceres, nos quais defendia sempre a irresponsabilidade dos doentes mentais²³.

Não obstante, embora o ensino da psiquiatria apenas se tivesse iniciado oficialmente em 1911²⁴ com a criação das Faculdades de Medicina de Lisboa e do Porto, competia à Medicina Mental desenvolver medidas profiláticas em consonância com as estratégias de garantia da ordem e da defesa social. A oficialização dos saberes da

²⁰ Vide, idem, *ibidem*, pp. 51-52.

²¹ Vide idem, *ibidem*, p. 52.

²² Vide idem, *ibidem*.

²³ Vide idem, *ibidem*, p. 53.

²⁴ Vide Nuno Borja Santos, *op. cit.*, p. 79.

psiquiatria já era ambicionada há muito por Sena, Bettencourt Rodrigues, Miguel Bombarda e Júlio de Matos²⁵.

A Lei de 4 de julho de 1889, também denominada a Lei de Sena visava colmatar as dificuldades inerentes à sobrelotação dos estabelecimentos destinados aos doentes mentais – foi assim permitido a construção em Lisboa de um hospital com enfermarias especiais para alienados criminosos, bem como a construção de pavilhões nas penitenciárias para condenados que padecessem de doença mental. Contudo, nunca teve aplicação prática, continuando os criminosos alienados sujeitos às condições insalubres e desumanas das cadeias por falta de vagas nos Hospitais de Rilhafoles e Conde de Ferreira²⁶.

Em 1896 foi criado em Rilhafoles um pavilhão de Segurança, que ficou conhecido como a Oitava Enfermaria, por outro lado publicou-se a Lei de 13 de abril, que regulamentava o destino a proporcionar aos criminosos considerados irresponsáveis, por padecerem de falta de razão²⁷.

A lei efetuou uma separação entre crimes e delitos: os crimes corresponderiam a atos aos quais o Código Penal atribuía penas maiores, sendo destinado ao seu autor o internamento no Pavilhão de Segurança. Decretado por autoridade judiciária, aos autores de delitos estavam reservadas penas correcionais, sendo estes colocados à disposição das autoridades administrativas, que os devolveriam às famílias. Todavia, se a família não tivesse condições ou se o doente fosse perigoso, restar-lhe-ia o internamento em Rilhafoles²⁸.

Miguel Bombarda mandou construir a 8ª Enfermaria em 1896, para aí serem internados alienados criminosos, os condenados doentes provenientes da penitenciária, os alienados perigosos ou de difícil correção e os indivíduos em observação médico-legal. Esta atitude não suscitou opiniões unânimes em termos sociais, já que, para alguns, era percebida como um mal necessário, enquanto, para outros, se traduzia numa construção aberrante para quem tinha sido tão progressista²⁹.

Bombarda foi assassinado por um doente internado no hospital, em 1910, na antevéspera da revolução republicana. Rilhafoles atravessou diversos períodos de

²⁵ Vide Susana Margarida dos Santos Ramos, *op. cit.*, p. 53.

²⁶ Vide *idem*, *ibidem*.

²⁷ Vide *idem*, *ibidem*.

²⁸ Vide *idem*, *ibidem*, p. 54.

²⁹ Vide *idem*, *ibidem*.

marasmo e declínio, originados em grande parte por motivos alheios à sua própria intervenção, sobretudo de natureza social e política³⁰.

Após a Implantação da República em 1910, as áreas da pedagogia e da psiquiatria foram alvo de atenção por parte do Governo³¹. A pedagogia seria indispensável para a propagação dos ideais republicanos, incutindo nos portugueses, desde a sua infância, valores cívicos, morais, culturais, intelectuais e a apreciação da saúde física³². A psiquiatria seria dedicada à investigação do funcionamento cerebral, sendo que o cérebro era o órgão em que se formava a mente e a consciência – pondo à disposição o conhecimento necessário para a compreensão a natureza de organização social e do comportamento humano³³.

Os psiquiatras foram personagens importantes na conjuração da revolução republicana, tal como na propagação dos ideais positivistas³⁴, tornando-se, mais tarde, num grupo influente no parlamento português, aquando os governos republicanos³⁵. Júlio de Matos, Miguel Bombarda, Egas Moniz e Sobral Cid estiveram envolvidos de maneira profunda na revolução³⁶.

O período da Primeira República (1910-1926) foi importante no que respeita à institucionalização e desenvolvimento da psiquiatria enquanto profissão³⁷. Em maio de 1911 foi promulgado um decreto, concebido por Júlio de Matos, tentando regular a assistência psiquiátrica, apresentando inúmeras reformas ao sistema que já existia³⁸.

Só depois em 1945, foi promulgada uma nova lei regulando a assistência psiquiátrica, estimulada por António Flores, na qual a especialidade médica deveria também abranger a profilaxia, terapêutica e pedagogia, assim como aumentar o número

³⁰ Vide idem, *ibidem*.

³¹ Vide Denise Maria Borrega Pereira, *Visões da Psiquiatria, Doença Mental e República no Trabalho do Psiquiatra Luís Cebola (1876-1967): uma Abordagem Histórica nas Encruzilhadas da Psiquiatria, Ideologia Política e Ficção, em Portugal, na Primeira Metade do Século XX*, dissertação de doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Exemplar policopiado. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/16309>, p. 11.

³² Vide idem, *ibidem*.

³³ Vide idem, *ibidem*.

³⁴ Positivismo: sistema filosófico que, banindo a metafísica e o sobrenatural, se funda na consideração do que é material e evidente.

³⁵ Vide Denise Maria Borrega Pereira, *op. cit.*, p. 11.

³⁶ Vide idem, *ibidem*.

³⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 12.

E Vide Alexandra Alegre, António José Massano, et al., eds. *Corpo: Estado, Medicina E Sociedade No Tempo Da Primeira República*. Revisão e Coordenação Científica de Maria Rita Lino Garnel Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010, p. 131;

³⁸ Vide Denise Maria Borrega Pereira, *op. cit.*, p. 11.

E Vide Alexandra Alegre, António José Massano, et al., eds., *op. cit.*, pp. 135-136.

de camas nos hospitais, permitir que a assistência aos doentes mentais pudesse ser feita em regime ambulatorio, em hospitalização e em assistência ao domicílio, bem como através da colocação familiar³⁹.

1.2. O alienado, o alienista e o alienismo

Philippe Pinel apresenta pela primeira vez o conceito de alienado mental na sua obra *Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie* publicada em 1800. Deste modo, Pinel formulava uma demarcação precisa entre loucura (conceito social e cultural) e alienação mental (termo médico que mais tarde será todo o ponto de referência para todos os que a partir desse momento passem a ocupar-se da doença mental)⁴⁰.

O nascimento da psiquiatria clínica ou o “mito da fundação” foi protagonizado por Pinel, em que os loucos se libertariam das suas correntes dos asilos parisienses de Bicêtre e do Salpêtrière. Inspirado no iluminismo e no seu pensamento progressista, Philippe Pinel propiciou a humanização no trato do louco, tendo uma abordagem mais racional e científica da alienação mental. A loucura não deveria ser tratada através da punição⁴¹.

Os alienados criminosos passaram a ser desresponsabilizados dos seus atos em termos jurídicos, pois estando afetados por uma doença, não deveriam estar nas prisões, mas sim em estabelecimentos próprios para enfermos⁴².

Até então os alienados ficavam em estruturas sobrelotadas, com condições de higiene impróprias, sem supervisão médica decente, negligenciados e acorrentados, muitas vezes sendo alvo de tortura ou punição. Em Portugal estas situações ocorriam no Hospital de Santo António, por exemplo⁴³.

Porquanto, com Pinel estava definido: que a alienação mental era uma doença única, cujos tipos de variedade era necessário identificar e diagnosticar; A alienação mental tinha um único tratamento, *o tratamento moral*, ou seja o alienado era um estrangeiro para si próprio, que conservava um núcleo alienável na humanidade graças ao

³⁹ Vide Denise Maria Borrega Pereira, *op. cit.*, p. 11.

⁴⁰ Vide Santa Casa da Misericórdia, *Luzes e Sombras do Alienismo em Portugal. Actas do 1º Colóquio da Psiquiatria do Centro Hospitalar Conde de Ferreira*, Porto, 2010. Coordenação de Adrián Gramary. Revisão de Helena Almeida, Vol. I, Porto, Santa Casa da Misericórdia, 2012, p. 9.

⁴¹ Vide *idem*, *ibidem*.

⁴² Vide *idem*, *ibidem*, p. 10.

⁴³ Vide *idem*, *ibidem*.

qual era possível estabelecer um tipo de relação terapêutica denominada *tratamento moral*. Este processo de cura deontológica devia aplicar-se em ambiente protegido, no interior de instituições próprias especializadas para este tipo de patologia, como os asilos ou hospitais para alienados. Para este tratamento era indispensável isolar o alienado do seu ambiente sociofamiliar, evitando as vicissitudes da existência normal, o que agravava ainda mais a alienação, subsistindo-o por um meio regido por regras racionais. O *tratamento moral* deveria apelar aos restos da razão que ainda sobravam dentro do doente, favorecendo a sua ocupação num trabalho, estabelecendo rotinas, sob autoridade de um chefe único (estas instituições não poderiam albergar outro tipo de doentes e deveriam estar localizadas longe das cidades). O *tratamento moral* deveria ser aplicado por um alienista (médico especialista na alienação mental)⁴⁴.

O projeto alienista adotava uma perspetiva otimista sobre a alienação mental, considerando possível uma alta percentagem de curas.⁴⁵ Dentro do paradigma alienista criado por Pinel era possível considerar diferentes espécies de alienação mental: melancolia, mania sem delírio, mania com delírio, demência e idiotismo⁴⁶.

Lantéri-Laura, historiador da psiquiatria, propõe os seguintes limites temporais para o período alienista: primeiro, desde o final do século das luzes (ano de 1793 – altura em que a comuna de Paris nomeia Pinel diretor do Bicêtre); segundo, até ao fim da primeira metade do século XIX (1850-1860).

De acordo com Robert Castle, esta periodização corresponde à “idade de ouro do alienismo”. O termo alienação mental continuou a ser usado muitas décadas depois.

Jean-Étienne-Dominique Esquirol continuou o trabalho de Pinel, atribuindo uma maior importância à observação clínica e protagonizou a reforma das instituições asilares em França.

A construção de asilos, atingiu o ponto máximo na Europa e em França na segunda metade do século XIX. (1860)⁴⁷.

Em Portugal, o alienismo chegou mais tarde, nomeadamente nas décadas de 1880 e 1890, tendo como marcos históricos a publicação do estudo *Alienados em Portugal* (1884-1885) e a organização do Hospital Conde de Ferreira (1883), obras de António

⁴⁴ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁵ Infelizmente os pobres resultados terapêuticos observados na maior parte dos casos iriam determinar um péssimo no tratamento dos doentes mentais ao longo do século XIX. Vide idem, *ibidem*, p. 11.

⁴⁶ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁷ Vide idem, *ibidem*.

Maria de Sena e a reformulação do Hospital de Rilhafoles organizada por Miguel Bombarda⁴⁸.

No livro *Cem anos de Psiquiatria*, Emil Kraepelin defendeu que o alienismo permitiu a incorporação definitiva do saber psiquiátrico na medicina, favorecendo o nascimento da psiquiatria clínica através de:

1. Criação e formação de um corpo de alienistas especializados, dedicados ao estudo e tratamento da doença mental⁴⁹;
2. Favorecer a observação científica da doença mental, fundamental para o desenvolvimento de uma semiologia psiquiátrica ou psicopatologia, promovendo ao mesmo tempo a investigação clínica, anatomopatológica e neurofisiológica (criação de laboratórios nos hospitais)⁵⁰;
3. Fez ressurgir a criação de escolas de psiquiatria;
4. Fez ressurgir a necessidade de comunicar problemas clínicos, estimulando o aparecimento da literatura científica e especializada⁵¹.

A partir dos anos 40 do século XX, com o aparecimento da psiquiatria comunitária, e a partir dos anos 1960, com o aparecimento da antipsiquiatria (em que ambas criticavam as regras das instituições asilares), pôs-se em evidência os limites do paradigma, simultaneamente permitindo refletir sobre o papel do poder psiquiátrico no controlo social, sobre o estigma e o hospitalismo ou iatrogenia asilar. Porquanto os grandes asilos de alienados estavam sobrelotados e desumanizados⁵².

⁴⁸ Vide idem, *ibidem*.

⁴⁹ Vide idem, *ibidem*.

⁵⁰ Vide idem *ibidem*, pp. 11-12.

⁵¹ Vide idem *ibidem*, p. 12.

⁵² Vide idem *ibidem*.

2. ORDEM HOSPITALEIRA DE S. JOÃO DE DEUS

2.1. S. João de Deus

São João de Deus nasceu João Cidade, em Montemor-o-Novo no ano de 1495⁵³. Os seus pais chamavam-se André Cidade e Teresa Duarte, eram comerciantes de fruta e desde cedo lhe deram uma educação cristã⁵⁴. Foi levado para Oropesa com oito anos, não se sabendo ainda ao certo por quem, se por um clérigo ou um peregrino⁵⁵, e foi guardador de rebanhos durante vinte anos⁵⁶. Foi soldado ao serviço de Carlos V, de Fuentarrabia a Viena de Áustria, local onde se encontra em 1532⁵⁷. Quando a guerra acabou, voltou a Portugal, passou por Montemor-o-Novo, encontrando apenas um tio, partiu depois para Ceuta, onde trabalhou nas obras das muralhas, ajudando uma família fidalga que tinha empobrecido⁵⁸. Passados uns anos vai para Gibraltar e depois para Granada, onde é vendedor de livros⁵⁹.

Em 1538, quando regressa a Espanha, reza a lenda que João encontrou um menino com uma romã (granada em castelhano) na mão que lhe disse “João, Granada será a tua cruz”. Parte para Granada a 20 de janeiro do mesmo ano, ficando ainda mais devoto ao catolicismo, depois de assistir a um sermão de São João de Ávila, fica tão devoto que na altura o consideram louco e é internado no Hospital Real levando com o mesmo tratamento que davam aos doentes mentais⁶⁰. Funda um hospital em Granada em 1539⁶¹. Deste modo começam as novidades: os doentes passam a ser distribuídos segundo as respetivas doenças, cada cama passa a albergar apenas um doente, a doença mental seria devidamente considerada e a higiene reforçada. Igualmente se albergaria quem mais precisasse⁶². No ano de 1547 o hospital muda para um local mais espaçoso, e os fundos do mesmo viriam da esmola, pedidas pela noite fora⁶³.

⁵³Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *Museu São João de Deus. Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 11.

Disponível em http://isjd.pt/wp-content/uploads/2016/03/Brochura_ISJD_final.pdf.

⁵⁴ Vide idem, *ibidem*.

⁵⁵ Vide idem, *ibidem*.

⁵⁶ Vide Natália Correia Guedes (Coord), *op. cit.*, p. 11.

⁵⁷ Vide idem, *ibidem*.

⁵⁸ Disponível em http://isjd.pt/wp-content/uploads/2016/03/Brochura_ISJD_final.pdf.

⁵⁹Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *op. cit.*, p. 11.

⁶⁰ Vide idem, *ibidem*.

⁶¹ Vide idem, *ibidem*.

⁶² Vide idem, *ibidem*.

⁶³ Vide idem, *ibidem*.

O incêndio do Hospital Real de Granada em 1549 foi um episódio marcante na sua vida, em que João Cidade salvou muitos doentes, ficando assim conhecido como “João de Deus”, o Santo de Granada⁶⁴.

Diz-se que ele morreu de uma broncopneumonia após ter tentado salvar um menino de se afogar no rio Genil, no entanto, não conseguiu salvar a criança⁶⁵.

Até à sua morte, na mesma cidade em que fundou o primeiro hospital, a 8 de março e 1550, São João de Deus continua uma figura caritativa⁶⁶. Foi beatificado em 1630, e canonizado em 1690, ficando patrono dos hospitais, enfermos e enfermeiros⁶⁷. A Ordem Hospitaleira foi aprovada em 1571, sendo em 1606 a primeira Casa em Portugal, mais concretamente em Montemor-o-Novo⁶⁸.

Em 1834 as congregações foram extintas, sendo que a refundação portuguesa apenas ocorrerá em 1890, por iniciativa de São Bento Menni, fundando o ramo feminino⁶⁹.

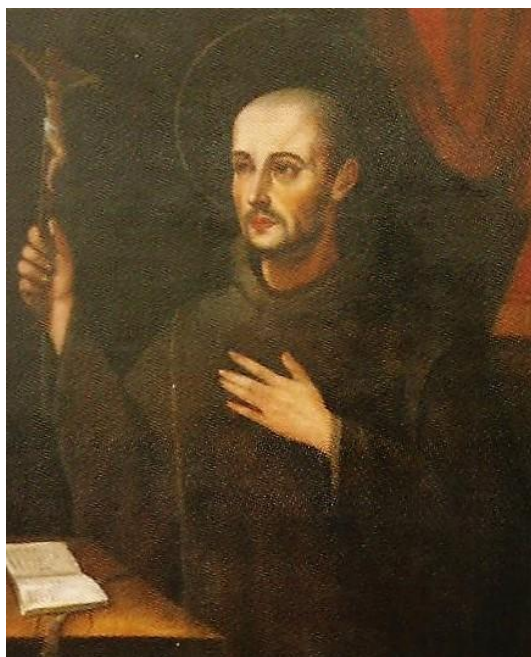


Figura 1 - Viático de S. João de Deus, de Guinés Noguera Fernández, Séc. XIX. Natália Correia Guedes (Coord.), *Museu São João de Deus. Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 36.

⁶⁴ Disponível em http://isjd.pt/wp-content/uploads/2016/03/Brochura_ISJD_final.pdf.

⁶⁵ Vide idem, *ibidem*.

⁶⁶ Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *op. cit.*, p. 11.

⁶⁷ Vide idem, *ibidem*.

⁶⁸ Vide idem, *ibidem*.

⁶⁹ Vide idem, *ibidem*.

2.2. Os primeiros Hospitaleiros em Portugal

2.2.1. Hospital de S. Jorge

Em 1580 entram em Portugal os primeiros Irmãos Hospitaleiros, que acompanhavam as forças invasoras espanholas, para conquistarem a cidade de Lisboa, que estava fiel a D. António, prior do Crato. Vinham com a função de enfermeiros, para prestar assistência aos feridos de guerra⁷⁰.

Terminadas as campanhas militares, permaneceram em Lisboa para prestarem apoio aos soldados e marinheiros que estavam aquartelados no Castelo de São Jorge.

Mais tarde, os Irmãos seguiram a armada castelhana, que se dirigia para os Açores, maioritariamente para as ilhas do grupo central, e para a Terceira⁷¹. Em 1582, doze deles participaram numa segunda expedição, outros, não se sabe o número ao certo, participaram na terceira em 1583 – neste contexto bélico surgiu na cidade da Angra o primeiro hospital militar, destinado a prestar assistência aos militares aquartelados na Fortaleza de S. Filipe e no Forte S. Sebastião, e também aos marinheiros que por lá passavam⁷². Os Irmãos passaram a acompanhar igualmente as armadas espanholas que iam rumo ao Oriente e ao Novo Mundo, especialmente para o Brasil, durante as campanhas de desalojamento dos Holandeses que lá se tinham instalado⁷³.

Em 1587 é fundado, em Lisboa, o hospital no Castelo de S. Jorge, cinco anos mais tarde confiado aos Irmãos de S. João de Deus⁷⁴.

Pensa-se que é a este hospital que se referem as atas das reuniões capitulares da Comunidade do Hospital de S. João de Granada, atas estas que se conheceram através de um estudo feito por José Sánches Martínez, num estudo.⁷⁵ Uma dessas atas refere que, no dia 13 de janeiro de 1589, a Comunidade foi informada pelo seu Superior, Fr. Pedro Adão, relativamente a um pedido feito pelo Cardeal Alberto e por outros senhores, que os Irmãos de S. João de Deus fossem lá fazer hospitalidade – a Comunidade rejeitou o convite, pois não lho permitiam as “bulas” do hospital, entre outras questões⁷⁶. A 24 de março de 1592, o Fr. Serafim Ordoñez, superior da comunidade, recebeu um novo convite do Cardeal

⁷⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 77.

⁷¹ Vide idem, *ibidem*.

⁷² Vide idem, *ibidem*.

⁷³ Vide idem, *ibidem*.

⁷⁴ Vide idem, *ibidem*.

⁷⁵ Vide idem, *ibidem*.

⁷⁶ Vide idem, *ibidem*.

para os Irmãos tomarem conta de um hospital de Lisboa, com livre administração e com todas as liberdades existentes. A comunidade aceitou este convite, com a condição de efetivamente a administração ser livre, sendo que se tal não acontecesse, os Irmãos regressariam a Granada⁷⁷. Para prior da nova casa, foi escolhido o Ir. Francisco Hurtado, que foi acompanhado pelos Irmãos Luiz Garcia, João de S. Martinho e João Copado⁷⁸.

A ata da reunião seguinte deu-se a 1 de junho de 1594, confirmou a presença dos Irmãos em Lisboa, registando o pedido de novos religiosos, feito através do Arcebispo de Granada – Irmãos Diogo de Morales e Francisco Robles, sendo a aceitação do pedido unânime⁷⁹.

D. Álvaro Abranches da Câmara Gonçalves, a 14 de dezembro de 1640, dirigiu o Conselho de Guerra uma representação sobre a necessidade de extinguir o Hospital do Castelo de S. Jorge – o documento foi aprovado pelos conselheiros, e remetido para o rei D. João IV, que o despachou de maneira favorável, a 22 de dezembro⁸⁰. A 4 de maio de 1645, D. João IV entregava o Prelado⁸¹ português da Congregação dos Irmãos de S. João de Deus o governo dos hospitais militares, concedendo-lhe o título de Enfermeiro-mor e Administrador Geral, com poder para substituir os leigos por religiosos da Ordem nos cargos de administrador, médico, escrivão, comprador e capelão⁸². A responsabilidade de inspeção cabia ao Vedor geral do Alentejo.

Os militares que estavam no Castelo de S. Jorge não descansaram até conseguir a revogação do despacho régio da sua extinção, o que acabou por acontecer graças ao Mestre de Campo Constantino Cadena, Governador do Castelo. A 18 de novembro de 1652, D. João IV “ordenou ao Conde do Cantanhede, Conselheiro de Estado, Vedor da Fazenda real e Governador de Armas da cidade de Lisboa e das Comarcas da Estremadura, que desse seguimento ao processo de restauração do referido hospital militar⁸³”.

Um Irmão de S. João de Deus foi o encarregado de dirigir as obras, e depois quando terminaram, foi Fr. Manuel dos Anjos, que era da mesma congregação, que ficou

⁷⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 77-78.

⁷⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 78.

⁷⁹ Vide idem, *ibidem*.

⁸⁰ Vide idem, *ibidem*.

⁸¹ Prelado: Título dos altos dignitários da Igreja.

⁸² Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *op. cit.*, p. 78.

⁸³ Vide idem, *ibidem*.

com o cargo de Enfermeiro-mor do hospital, que foi atribuído por alvará assinado por D. Afonso VI, a 3 de fevereiro de 1664, recebendo a cômgrua⁸⁴ diária de tostão⁸⁵.

Em 1667, o príncipe-regente D. Pedro ordenou, por alvará a 5 de novembro que existisse no hospital um almoxarife secular e que os Irmãos apenas tivessem cargo de enfermeiros, dependentes do seu Provincial, respetivamente a assuntos religiosos, e na do almoxarife relativamente a tudo o resto⁸⁶.

2.2.2. Convento/Hospital de S. João de Deus de Montemor-o-Novo

No processo de beatificação de S. João de Deus esteve um português de Évora de ordens menores, João Gomes de Vasconcelos, que era administrador perpétuo do Hospital de Valladolid⁸⁷. João Gomes foi uma das dezanove testemunhas que compareceu em Montemor-o-Novo, para deporem sobre o nascimento, a família e a casa de S. João de Deus, em março de 1623⁸⁸. O clérigo estava decidido a fundar uma casa da Ordem em Lisboa, e a adquirir a casa natal do Santo, para nela instituir um oratório⁸⁹.

Em 1607, o clérigo encontrava-se em Montemor, para convidar a população a acolher os Irmãos na casa onde S. João de Deus havia nascido⁹⁰. A Junta e a Câmara da Vila procederam à identificação da aludida casa, para ser comprada e ser convertida em oratório⁹¹. Depois desta etapa passou-se para a bênção da primeira pedra, os montemorenses e os habitantes fronteiriços juntaram-se à Câmara, ao clero e aos religiosos do Convento de São Francisco para realizarem uma procissão solene, iniciada no convento referido anteriormente, com um sermão proferido por Frei Diogo de S. Vicente, seu guardião, e que se dirigia para casa do Santo⁹². O vigário da vila presidiu a cerimónia – licenciado Luís Rodrigues Seco, em nome do Arcebispo de Évora, D. Alexandre de Bragança. Tudo terminado, João Gomes de Vasconcelos entregou a casa à Câmara e Justiça de Montemor, que a receberam em nome do rei D. Filipe III⁹³.

⁸⁴ Atualmente, cômgrua é: o que os habitantes de uma freguesia pagam ao pároco para a sua sustentação.

⁸⁵ Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *op. cit.*, p. 78.

⁸⁶ Vide *idem*, *ibidem*.

⁸⁷ Vide *idem*, *ibidem*.

⁸⁸ Vide *idem*, *ibidem*.

⁸⁹ Vide *idem*, *ibidem*.

⁹⁰ Vide *idem*, *ibidem*.

⁹¹ Vide *idem*, *ibidem*, pp. 78-79.

⁹² Vide *idem*, *ibidem*, p. 79.

⁹³ Não foram os Irmãos espanhóis João Pecador e João Lopez Piñeiro que identificaram e compraram a casa de S. João de Deus – foi o referido noviço, segundo os relatos que se seguiram. Vide, *idem*, *ibidem*.

A Câmara de Montemor-o-Novo entregou os serviços do oratório à Misericórdia, e esta confiou-os aos Irmãos de S. João de Deus, que tudo levava a crer que já se encontravam em Montemor nessa altura, pois tinham participado na procissão⁹⁴.

Esses Irmãos tinham ordens para instaurar a Ordem em Portugal, na terra do Santo, sendo assim, João Pecador assinou, em nome da Ordem e do Arcebispo de Évora, com o Provedor e os Irmãos da Misericórdia presentes, a ata da reunião da Santa Casa da Misericórdia de Montemor, a 1 de abril de 1607.

Estêvão Freire de Andrade e João Baptista Viegas, vereadores da Câmara, é que declararam que João Pecador e João Lopez Piñeiro construíram um oratório na casa de S. João de Deus, que o “abriram ao público, que nele passaram a residir, e que nele colocaram o retrato do Santo⁹⁵”.

Tem-se conhecimento que a Misericórdia, no início, cedeu à Ordem um quintal, uma casa derribada e um pardieiro, que viriam a proporcionar a construção da pequena igreja e da habitação da comunidade religiosa⁹⁶.

O clima de entendimento entre as duas instituições religiosas não durou – pois os Irmãos manifestaram a vontade de construir uma casa de dimensão maior para a comunidade, e futuramente uma igreja e um convento. A Misericórdia ficou dividida em fações, como está referido nas atas das reuniões⁹⁷.

A Misericórdia receava a concorrência assistencial, e temia ficar sem a administração do Hospital de Santo André, que tinha sido confiada por D. Manuel em 1518, e sem as respetivas rendas⁹⁸. O desacordo chegou a uma dimensão de tal tamanho que o rei interveio com três provisões. A última provisão, a 28 de abril de 1608, encerrou o processo a ordenar que João Pecador, não fundasse em Montemor a Ordem nem que levasse avante a ordem da ermida que se tinha principiado⁹⁹. Esta mesma provisão intimava João Pecador e os seus companheiros a comparecerem perante o corregedor sob pena de serem expulsos da vila. Pecador foi notificado, e ele, não tendo licença régia nem para viver em Lisboa nem em Montemor, foi obrigado a responder que teria de ir para Castela, e só voltaria quando o quisessem lá¹⁰⁰.

⁹⁴ Vide idem, *ibidem*.

⁹⁵ Vide idem, *ibidem*.

⁹⁶ Vide idem, *ibidem*.

⁹⁷ Vide idem, *ibidem*.

⁹⁸ Vide idem, *ibidem*, pp. 79-80.

⁹⁹ Vide idem, *ibidem*, p. 80.

¹⁰⁰ Vide idem, *ibidem*.

Os Irmãos tiveram de ir, deste modo, para Espanha, parando os projetos na vila, todavia, a devoção a S. João de Deus continuou¹⁰¹. A beatificação do Santo, no ano de 1622, fomentou o seu culto, principalmente em Granada e Montemor – assim os Irmãos Hospitaleiros tiveram um regresso facilitado à vila portuguesa, viabilizando a construção da ermida, em 1625¹⁰². O juiz, os vereadores, o procurador do concelho, os mestres entre outros, solicitaram ao rei que desse autorização a um ermitão e a um companheiro da Ordem no local, a condição seria que o número de religiosos não poderia ser ultrapassado e o convento não poderia ser construído¹⁰³. A 23 de abril de 1625, o pedido foi acedido pelo rei¹⁰⁴.

A capela-mor ficou terminada em 1629, e o corpo da igreja e da sacristia estariam concluídos em 1634¹⁰⁵.

O processo de beatificação ficou concluído a 21 de setembro 1630, através do papa Urbano VIII, com – a partir desta data, nada poderia travar a implantação da Ordem Hospitaleira na terra do seu fundador¹⁰⁶. Logo os Irmãos avançaram para a construção de uma casa com dimensões para acolher a comunidade, que iria ultrapassar o número de religiosos que tinha sido imposto pela ordem régia referida anteriormente:

A 31 de maio de 1630, antes da beatificação, o rei Filipe IV, por carta, determinou que depois de retirada a terça real, as rendas do Concelho de Montemor deviam assegurar o contributo anual de 16 reis para a construção da casa dos Irmãos Hospitaleiros¹⁰⁷.

A 21 de janeiro de 1633, D. Filipe IV despachou de maneira favorável o requerimento que Fr. Domingos Pecador, Prior da casa de S. João de Deus em Montemor, dando-lhe autorização para integrar parte da Rua Verde, na construção da Sacristia e no aumento da casa dos Irmãos – a 23 de junho do mesmo ano, compraram-se então umas casas¹⁰⁸.

O processo de canonização de S. João de Deus foi aberto em 1667, pelo papa Clemente IX, nesta altura a igreja Matriz já estaria terminada, e já dispunha do terreno necessário (vindo de doações e compras), para a criação do convento definitivo da Ordem

¹⁰¹ Vide idem, *ibidem*.

¹⁰² Vide idem, *ibidem*.

¹⁰³ Vide idem, *ibidem*.

¹⁰⁴ Vide idem, *ibidem*.

¹⁰⁵ Vide idem, *ibidem*.

¹⁰⁶ Vide idem, *ibidem*, pp. 80-81.

¹⁰⁷ Vide idem, *ibidem*, p. 81.

¹⁰⁸ Vide idem, *ibidem*.

– a primeira pedra foi lançada a 6 de julho de 1676, na presença do Prior do convento, Frei Estevão da Silva, e de mais oito irmãos que constituíam a comunidade¹⁰⁹.

Em 1677 a gestão do Hospital de S. André foi confiada à Ordem Hospitaleira¹¹⁰.

Depois de um início mais atribulado, a OHSJD conseguiu assegurar em Montemor-o-Novo um convento, uma igreja e um hospital, para desenvolver a sua ação assistencial e espiritual¹¹¹.

2.2.3. O Convento de S. João de Deus na Pampulha

Em 1629, graças a D. António de Mascarenhas¹¹², Deão da Sé de Lisboa, a fundação do Hospital S. João de Deus na Rua das Janelas Verdes, em Pampulha, foi iniciada.

Foram enviados dois Irmãos, Fr. João de S. Bernardo e Fr. Melchior Mendes, que derem seguimento às obras, que estariam em curso, e que apenas foram concluídas depois da morte de D. António (1637)¹¹³.

O edifício estava dividido em duas secções, uma para a comunidade religiosa, com cerca de 20 Irmãos, e outra para a unidade hospitalar, com capacidade para vinte camas com cortinados, com três colchões e roupa dobrada¹¹⁴.

A igreja era constituída em cantaria e em pavimento de jaspe, e possuía três capelas de cada lado da nave e duas no topo do transepto, e estava adornada com painéis de azulejos nas paredes com frescos no teto. Estaria lá uma imagem de S. João de Deus, esculpida em madeira estofada. Quando a Igreja foi destruída em 1835, esta estátua foi levada para a igreja de S. Francisco Paula e depois para a CST.

¹⁰⁹ Vide idem, *ibidem*.

¹¹⁰ Vide idem, *ibidem*.

¹¹¹ Vide idem, *ibidem*.

¹¹² D. António de Mascarenhas tinha bastante devoção por S. João de Deus, porquanto doou aos Irmãos um Hospício com uma igreja, para lá serem assistidos treze sacerdotes, e se existisse lugares, nobres e chefes do exército. Também doou aos Irmãos 1500 ducados e duas quintas, uma situada na Portela e outra em Sete Rios. Vide idem, *ibidem*.

¹¹³ Vide idem, *ibidem*.

¹¹⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 81-82.

2.3. A restauração da Ordem em Portugal

No século XIX a OHSJD foi extinta em Portugal, devido à expulsão das ordens religiosas em 1834. Quem teve a missão de restaurar de novo a Ordem no país foi o Pe. Bento Menni¹¹⁵.

É importante referir que a Ordem teria enfrentado problemas de expulsão não só em Portugal, mas também em Itália e Espanha¹¹⁶. No reino de Itália, foram abolidas todas as ordens religiosas a 7 de julho de 1866, sendo todos os bens confiscados. Na altura, os Irmãos geriam 46 em toda a península italiana, e perderam 27, onde serviam 145 religiosos¹¹⁷. O governo de Mendizábal, em julho de 1835, tinha suprimido os conventos com menos de doze religiosos. Os Irmãos perderam 57 dos 64 hospitais que dirigiam (52 em Espanha, 3 nas Filipinas e 2 em Cuba), ficando com os de Madrid (com 50 religiosos), Cádiz (26 religiosos), Granada (20 religiosos), Málaga (21 religiosos), Sevilha (13 religiosos) e Jaen e Múrcia (ambos com 17 religiosos)¹¹⁸. Em 1836, saiu uma lei que suprimia todas as ordens religiosas, menos a OHSJD, no entanto, esta não deveria receber mais postulantes e recém-chegados, o que acabaria por a suprimir¹¹⁹.

Bento Menni foi escolhido pelo papa Pio IX para restaurar a ordem em Espanha, que já lá tinha vários grupos de Irmãos que esperavam a sua restauração. Bento Menni, além de cumprir esta missão, decidiu estender a sua ação para Portugal e para o outro lado do Atlântico, isto é, para o México, no princípio do século XX¹²⁰.

A 31 de maio de 1831 funda a Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, para prestar assistência a mulheres com doença mental¹²¹. As Irmãs vêm a ser aprovadas definitivamente a 16 de março de 1908, pelo papa Pio X¹²². Em 1892, Bento Menni andava por Portugal à procura de um local para estabelecer a Obra Hospitaleira, e assim compra em 1893 a quinta do Telhal à família Van Zeller, a 25 km

¹¹⁵ S. Bento Menni nasceu com o nome, Ângelo Hércules, em Milão no ano de 1841, era o quinto de quinze irmãos, filho de Luísa Figini e Luís Menni. Em 1860 entrou na OHSJD, passando a chamar-se Bento Menni, fazendo estudos filosóficos e teológicos no seminário de Lodi e Roma, no “Collegio Romano” atual Pontifícia Universidade Gregoriana. Além de enfermeiro, também tinha exercido cirurgia (Atividade que era proibida aos padres na altura), embora não tivesse cumprido os seis anos prescritos da vida religiosa, e julho de 1866 recebe o subdiaconado, a 14 de outubro é ordenado sacerdote celebrando a sua primeira missa na igreja de S. João Calibita, na Ilha Tiberina, que foi Sede da Cúria Geral da Ordem Hospitaleira durante muitos anos. Vide idem, *ibidem*, pp. 147-149.

¹¹⁶ Vide idem, *ibidem*, p. 149.

¹¹⁷ Vide idem, *ibidem*.

¹¹⁸ Vide idem, *ibidem*.

¹¹⁹ Vide idem, *ibidem*.

¹²⁰ Vide idem, *ibidem*, pp. 149-151.

¹²¹ Vide idem, *ibidem*, p. 151.

¹²² Vide idem, *ibidem*.

de Lisboa¹²³ - queria lá instituir uma casa de saúde e criar um noviciado para a Ordem. O seu desenvolvimento foi lento e penoso, pois os Irmãos tiveram de pedir esmola para assegurar a manutenção da Casa¹²⁴.



Figura 2 – S. Bento Menni, c. 1910. Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *Museu São João de Deus. Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 157.

¹²³ Disponível em <https://isjd.pt/cst-telhal/>.

¹²⁴ Vide idem, *ibidem*.

2.4. A Casa de Saúde do Telhal

2.4.1. A Casa de Saúde do Telhal até 1910:

No começo, como já tinha sido referido, os Irmãos viviam das esmolas, e assistiam os doentes gratuitamente, todavia, com o tempo, foram conseguindo ter pensionistas¹²⁵.

A informação seguinte será retirada de uma edição fac-similada de um guia de 1909 sobre a CST, com o título *Casa De Saude Aos Cuidados dos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus, Telhal-Sabugo*, que resume de maneira concisa como eram tratados os pacientes na Casa.

No ano de 1909 a Casa era somente para o tratamento de homens afetados por doenças mentais, sendo dirigida e servida pelos Irmãos Hospitaleiros de S. João de Deus¹²⁶.

Referiam que este estabelecimento era o que reunia as melhores condições de todo o país para o tratamento da doença mental, situando-se num ambiente ameno e pitoresco, entre as estações do Cacém e Sabugo, na linha de Lisboa a Torres Vedras. Continha bons quartos, salões espaçosos, dormitórios arejados, em que se tomavam banhos regulares, jardins muito belos, com matas frondosas e excelentes horas¹²⁷.

De acordo com o guia, a finalidade da Casa seria “Tratar com maxima caridade e zelo da cura, e alívio dos infelizes alienados, vendo n’elles a viva imagem de Deus sofrente que recebe como feito a Si próprio quanto se faz a quem soffre, eis o fim único dos irmãos hospitaleiros, filhos de S. João de Deus, heroe portuguez da caridade christã.¹²⁸” – denotando-se assim a importância da religiosidade no processo curativo e no auxílio dos pacientes. O regime do Telhal estaria baseado na “(...) mais ampla liberdade individual¹²⁹(...)”, que seria sempre possível adotar relativamente aos alienados, tentando evitar atos penosos e de sujeição, levando assim os doentes a passear pelos jardins, hortas e pinhais, e proporcionar-lhes momentos de lazer como jogos e outros entretenimentos, contribuindo para o alívio e cura dos mesmos¹³⁰.

¹²⁵ Vide idem, *ibidem*.

¹²⁶ Vide Aires Gameiro, O.H., *Casa de Saúde do Telhal: 1º Centenário 1893-1993, Documentos Históricos e Clínicos*, [s.l.], Editorial Hospitalidade, 1993, p. 62.

¹²⁷ Vide idem, *ibidem*, pp. 63-64.

¹²⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 64.

¹²⁹ Vide idem, *ibidem*.

¹³⁰ Vide idem, *ibidem*.

Para algum doente ser admitido na instituição do Telhal eram necessárias três condições: um atestado médico, a indicar a doença mental e a conveniência ou necessidade do internamento do enfermo, assinado por dois médicos (que não fossem parentes em 1º ou 2º grau, nem do doente, nem da pessoa que requeria o internamento, nem do Diretor ou médicos do estabelecimento), que exercessem publicamente numa clínica¹³¹; certidão de idade¹³²; e um requerimento, que fosse assinado pela pessoa que pedia o internamento do doente, que se responsabilizava pelo pagamento mensal estabelecido, segundo a classe a que o paciente estivesse inserido, e a Casa forneceria o requerimento impresso¹³³.

Os encarregados dos doentes poderiam visitá-los na quartas feiras e domingos das 11:00h às 16:00h. Se lhes quisessem prestar alguma visita fora destes horários, necessitariam de uma licença por escrito¹³⁴.

As pensões teriam diferentes valores consoante a classe em que o enfermo estivesse inserido¹³⁵. Admitiam-se doentes para quem as famílias requeriam cuidados extraordinários – denominados os pensionistas extraordinários – a pensão seria objeto de ajuste¹³⁶. Todas as 3 classes teriam vinho no jantar e na ceia, caso não existisse prescrição facultativa que dissesse o contrário.

Se assim o desejassem, os pensionistas de 1ª e 2ª classe poderiam ter um Irmão particular, que os acompanhasse nos passeios e lhes prestasse especial cuidado. Além da pensão pagariam diariamente mais 500 reis¹³⁷.

Fora as classes já mencionadas havia outra, denominada meia pensão, pagariam 10 000 reis por mês, e não tinham o tratamento nem dos pensionistas nem dos pobres, porquanto teriam bastante comida, sem vinho e sem as delicadezas dos pensionistas¹³⁸.

Na Casa de Saúde do Telhal viviam um grande número de pobres, sustentados pelo Irmãos, com as esmolas que estes recolhiam. Os pobres estariam em número muito superior ao dos pensionistas¹³⁹. Comiam e dormiam separados dos anteriores, de acordo com as posses da Casa, não lhes faltando o necessário.

¹³¹ Vide idem, *ibidem*, p. 65.

¹³² Vide idem, *ibidem*.

¹³³ Estes documentos seriam todos indispensáveis, eram iguais para todos os internados e feitos em papel selado. Não seriam admitidos doentes sem toda a documentação pedida. Vide idem, *ibidem*.

¹³⁴ Vide idem, *ibidem*, p. 66.

¹³⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 68.

¹³⁶ Vide idem, *ibidem*.

¹³⁷ Vide idem, *ibidem*.

¹³⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 69.

¹³⁹ Vide idem, *ibidem*.

As pensões seriam pagas por mesadas inteiras e adiantadas – o mês começaria no dia de entrada do paciente e se por algum motivo eles saíssem antes desse período terminar, o dinheiro não seria devolvido¹⁴⁰.

Era por conta das famílias o lavar e engomar das roupas de “vestir”, sendo que a Casa poderia tratar destes encargos mediante a quantia de 1 000 reis por mês, se a muda fosse apenas de uma vez por semana, passando para o dobro do dinheiro se fosse duas vezes por semana. O concerto de calçado também ficaria por conta dos encarregados dos doentes, salvo especial ajuste¹⁴¹. Não era permitido que os enfermos guardassem as suas roupas e malas nos quartos, nem que tivessem dinheiro em sua posse, poderiam usar objetos de valor, como relógios, anéis de ouro, entre outros, conquanto a Casa não responsabilizava pela sua conservação¹⁴².

O estabelecimento encarregava-se de fornecer o tabaco, mas não de o pagar. Tudo o que se quisesse fora do regulamento seria pago como extraordinário¹⁴³. Qualquer objeto que os doentes destruíssem (durante as suas agitações) deveria ser pago pelas famílias¹⁴⁴.

A Casa pagaria os medicamentos exceto os específicos, e os tratamentos eram feitos segundo prescrições facultativas¹⁴⁵. Uma vez por mês, a instituição do Telhal pagaria a correspondência, o resto seria por conta dos familiares – a correspondência também seria analisada primeiramente pelo diretor, que depois lhe daria o destino que achasse mais conveniente ao enfermo¹⁴⁶. Se passado um mês da saída dos doentes os encarregados não fossem buscar os objetos dos doentes, o diretor disponibilizaria os mesmos aos pobres¹⁴⁷.

Na tabela seguinte estão presentes a especificações de preço, jantar e habitação de cada classe:

¹⁴⁰ Vide idem, *ibidem*, p. 70.

¹⁴¹ Vide idem, *ibidem*.

¹⁴² Vide idem, *ibidem*.

¹⁴³ Vide idem, *ibidem*, p. 71.

¹⁴⁴ Vide idem, *ibidem*.

¹⁴⁵ Vide idem, *ibidem*.

¹⁴⁶ Vide idem, *ibidem*.

¹⁴⁷ Vide idem, *ibidem*.

Caraterísticas Classes	Preço	Habitação	Alimentação
1ª Classe	36 000 reis	Habitação particular Correspondente à mesma classe.	Almoço (café com leite e torradas). Jantar (sopa, cozido, dois pratos e sobremesa). Ceia (sopa, um prato de ervas ou legumes, um frito, um assado e sobremesas).
2ª Classe	25 000 reis	Quarto correspondente à mesma classe.	Almoço (café com leite e torradas). Jantar (sopa, cozido, dois pratos e sobremesas). Ceia (sopa, um prato de ervas ou legumes, um frito, um assado e sobremesas).
3ª Classe	18 000 reis	Dormitório correspondente à mesma classe	Almoço (café com leite e pão). Jantar (sopa, cozido, um prato e sobremesa). Ceia (sopa, cozido, um prato e sobremesa).
Pensionistas extraordinários	Determinado pela Casa e pelos encarregados do doente	Dependia do que tivesse sido determinado	

Meia pensão	10 000 reis	Não tinham nem o tratamento dos pensionistas nem dos pobres.	Abundante e boa comida, mas sem vinho e outras delicadezas.
Pobres	Eram sustentados com as esmolas que os Irmãos recolhiam.	Comiam e dormiam separados dos pensionistas, no entanto não lhes faltava o necessário.	

Tabela 1 tabela com informações das pensões na Casa de Saúde do Telhal. Aires Gameiro, O.H., Casa de Saúde do Telhal: 1º Centenário 1893-1993, Documentos Históricos e Clínicos, [s.l.], Editorial Hospitalidade, 1993, pp. 66-69.

2.4.2. O Telhal entre 1910 e 1918:

A Igreja era considerada um dos maiores inimigos a abater aquando da Implantação da República, falava-se de uma aliança entre as hierarquias da Igreja e os defensores da Monarquia – atacavam-se as instituições religiosas para reforçar o laicismo¹⁴⁸. Embora a estabilidade do Telhal tenha sido ameaçada, quando Afonso Costa visitou a casa de saúde, encontrou lá um antigo colega de faculdade, o que o sensibilizou, porquanto, o Telhal continuou a funcionar, mesmo assim, sempre com condicionalismos impostos¹⁴⁹.

Os Irmãos a partir desta altura, preenchiam as necessidades pela remuneração do seu trabalho, o que contribuiu para o desenvolvimento da Casa¹⁵⁰.

Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os Irmãos Hospitaleiros deram apoio e hospitalização a militares, recebendo deste modo, por parte do Governo, uma pensão por cada enfermo¹⁵¹. O objetivo seria ajudar os soldados que regressavam mentalmente perturbados da guerra, devido aos gases utilizados pelas forças alemãs – Os Irmãos de S. João de Deus foram deste modo incorporados no serviço de saúde militar¹⁵². Os estabelecimentos foram aumentados não só com as poupanças que se foram fazendo, mas também com o que o governo pagava, e ao lado dos pavilhões dos pobres construíram-se edifícios para pensionistas, de maneira a que as pessoas internadas lá

¹⁴⁸ Vide Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal, A Primeira República (1910-1926)*, vol. XI – *História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, Lisboa, Editorial Verbo, 1995, p. 79;

¹⁴⁹ Disponível em <https://isjd.pt/cst-telhal/>.

¹⁵⁰ Vide Aires Gameiro, *op. cit.*, p. 74.

¹⁵¹ Vide idem, *ibidem*.

¹⁵² Disponível em <https://isjd.pt/cst-telhal/>.

passassem de 101¹⁵³ a 530. O Pavilhão de S. José foi um dos pavilhões construídos na altura, e foi considerado um dos melhores da Europa ao nível do serviço mental¹⁵⁴.

O dinheiro que os Irmãos recebiam dos pensionistas era utilizado para o desenvolvimento do próprio estabelecimento do Telhal¹⁵⁵. Algumas das entidades nunca deixaram de prestar auxílio à obra dos Irmãos de S. João de Deus, dando o exemplo da C.P., que providenciou passes gratuitos aos empregados da escola¹⁵⁶. A Companhia Insulana de Navegação também forneceu algumas viagens por ano aos Açores¹⁵⁷.

2.4.3. Província de Portugal

O Telhal e Trapiche-Funchal foram das comunidades da Província Hispano-Luso Mexicana que se destacaram nas suas obras¹⁵⁸. A Comunidade do Telhal sempre teve mais relevo não só pela sua excelência, mas também pelo carinho que Bento Menni nutriu pela mesma¹⁵⁹.

Quando a fúria revolucionária passou, achou-se que seria conveniente restabelecer o funcionamento do noviciado Português, que já tinha sido autorizado pela Santa Sé, a 21 de junho de 1898, e que tinha funcionado no Telhal até 1910, aquando a Implantação da República, altura em que foi suspenso¹⁶⁰.

A decisão em sentido da restauração foi tomada pelo Definitório Provincial, numa reunião em 7 de junho de 1921 – deste modo a receção dos candidatos seria mais fácil, e aumentaria o número de Irmãos portugueses¹⁶¹.

Os Irmãos portugueses aspiravam mais autonomia, maioritariamente devido às dificuldades linguísticas, deslocações e demasiada extensão da própria Província, ainda mais depois da criação da Casa de Saúde do Trapiche¹⁶².

A fundação de uma Província nova começou a ser considerada na reunião do Definitório Provincial realizada a 22 de março de 1922, com a leitura de uma comunicação de Fr. Júlio dos Santos, na altura Superior do Telhal, em que expunha a

¹⁵³ Até 1910 os internados não passavam este número. Vide Aires Gameiro, O.H., *op.cit.*, p. 74;

¹⁵⁴ Disponível em <https://isjd.pt/cst-telhal/>.

¹⁵⁵ Aires Gameiro, O.H., *op. cit.*, p. 74.

¹⁵⁶ Vide idem, *ibidem*.

¹⁵⁷ Vide idem, *ibidem*.

¹⁵⁸ Vide idem, *ibidem*, p. 115.

¹⁵⁹ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶⁰ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶¹ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶² Vide idem, *ibidem*.

situação do pedido insistente do bispo do Funchal, D. António Manuel Pereira Ribeiro, que queria que os Irmãos arrendassem um terreno para lá instalarem uma casa de saúde, ficando a Ordem encarregada da mesma¹⁶³.

As instâncias hierárquicas superiores iam tomando conhecimento da situação – compadecidos, o Provincial e o Superior Geral combinaram criar uma estrutura canónica à experiência, instituindo em Delegação Geral as casas/hospitais pertencentes à Província Hispano-Luso-Mexicana, situadas em território português¹⁶⁴.

A revisão das Constituições, para a adaptação do Código de Direito Canónico foi aprovada com o *Breve De Regulari*, pelo papa Pio XI, a 20 de julho de 1926¹⁶⁵.

A 1 de novembro de 1926 foi aprovada na reunião do Definitório Provincial a instituição de uma estrutura canónica de experiência, que abrangia todo o espaço ibérico e mexicano, e simultaneamente era aprovada a fundação para a Casa de Saúde de S. Rafael, na Angra do Heroísmo¹⁶⁶. O suposto era que a criação da Delegação Geral continuasse como experiência até ao Capítulo Geral de 1928¹⁶⁷.

Foi pedido às comunidades do Telhal e do Trapiche que, através do voto, mostrassem a sua preferência pelos Irmãos que achassem que fossem mais aptos para orientar a Delegação Geral¹⁶⁸.

Depois da votação, a 18 de dezembro de 1926, em Lyon, França, o Superior Geral, Revmo. Fr. Rafael Meyer, na presença do Provincial, R. Fr. Faustino Calvo e León, e de mais dois Conselheiros da Província Hispano-Lusa, proclamou-se como Delegado Geral o Rev. Fr. Elias Pereira de Almeida, e como seus Conselheiros Fr. Júlio dos Santos e Fr. José Maria Antunes- todas estas informações chegaram à Santa Sé¹⁶⁹. A Sagrada Congregação dos Religiosos respondeu com o Rescrito N. 204/27, de 25 de janeiro de 1927, e com a publicação do anterior, entrou em funções o Conselho da Delegação Geral¹⁷⁰.

As atividades das casas, desde a aprovação dos candidatos aos Noviciados à Profissão temporária solene, são refletidas desde a primeira leitura das Atas das reuniões

¹⁶³ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶⁴ Vide idem, *ibidem*, pp. 115-116.

¹⁶⁵ Vide idem, *ibidem*, p. 116.

¹⁶⁶ O artigo 2 das Constituições exigia pelo menos três Conventos-Hospitais para o erguimento de uma Província. Vide idem, *ibidem*.

¹⁶⁷ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶⁸ Vide idem, *ibidem*.

¹⁶⁹ Vide idem, *ibidem*, pp. 116-117.

¹⁷⁰ Vide, idem, *ibidem*, p. 117.

do Conselho de Delegação¹⁷¹. Existiu sempre uma preocupação do Irmão Elias em aumentar o número das Casas para fazer a elevação de Delegação Geral a Província¹⁷².

Tanto esforço e dinamismo foram compensados – a 27 de março de 1928, Pio XI concede a elevação da Delegação Geral a Província, no seguimento de um pedido do Superior Geral – oficialmente declarou-se a ereção canónica da Província Portuguesa no dia 1 de maio de 1928¹⁷³.

No dia 11 de junho de 1928 iniciou-se o primeiro capítulo da Província Portuguesa, restaurada ao fim de 94 anos após a extinção¹⁷⁴.

¹⁷¹ Vide *idem, ibidem*.

¹⁷² Vide *idem, ibidem*.

¹⁷³ Vide *idem, ibidem*, pp. 117-118.

¹⁷⁴ Vide *idem, ibidem*, p. 118.

3. O MUSEU

3.1. O antigo edifício – Escola Apostólica de S. João de Deus

É de relevo referir a Escola Apostólica de S. João de Deus antes de se falar do museu em si, pois este foi fundado neste edifício que durante tantos anos teve outra funcionalidade.

A EASJD começou a funcionar a partir de 1926, com formadores e espaços próprios, também denominada como Aspirantado. Reunia um grupo de adolescentes, normalmente com idade inferior a 16 anos, que viriam de todo o país para se tornarem Irmãos de S. João de Deus¹⁷⁵.

A partir de 1937, a escola passou a funcionar num edifício próprio que constitui atualmente a ala poente do museu – tinha dezoito candidatos, mas com capacidade para ter 40 aspirantes¹⁷⁶.

O seu currículo só teve valor externo em 1944, quando foi reconhecido oficialmente ao nível da instrução primária, que era necessária para se entrar no curso de enfermagem, e em 1948 ficou reconhecido ao nível dos estudos secundários, em que teria registo no liceu Passos Manuel, em Lisboa, era a “Escola Particular da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus”.

No ano de 1953, aumentou-se o número de alunos para 120, e teve o seu período nobre no final da década de cinquenta, com um projeto de educação modelar, a cargo do Pe. David Ramos Fernandes – os alunos eram recrutados de zonas mais rurais, como as Beiras e Trás-os-Montes¹⁷⁷.

O número de alunos ainda rondava as nove dezenas, e foi reduzindo até ao seu encerramento em 1976, em que contava com 22 alunos¹⁷⁸.

¹⁷⁵ Vide Natália Correia Guedes (Coord.), *op. cit.*, p. 174.

¹⁷⁶ Vide *idem, ibidem*.

¹⁷⁷ Vide *idem, ibidem*.

¹⁷⁸ Vide *idem, ibidem*.

3.2. Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História

O museu S. João de Deus, não foi sempre aquele que atualmente vemos, o primeiro museu da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, em Portugal, foi fundado no ano de 1920, pelo então diretor clínico da Casa de Saúde do Telhal, o Dr. Luís Cebola, e era denominado o *Museu da Loucura*¹⁷⁹. Este museu estava estabelecido no antigo pavilhão de S. José, e apresentava trabalhos de arte plástica, elaborados por utentes de ergoterapia.

Mais tarde, ao longo do século XX, obteve a denominação de *Museu Ergoterápico*, passando para a unidade Bento Menni, e já apresentava mais vestígios museográficos.¹⁸⁰

O Museu S. João de Deus – Psiquiatria e História foi inaugurado no edifício da antiga escola apostólica, a 8 de março de 2009, dando não só continuidade ao tema da ergoterapia, mas também fazendo todo um percurso histórico dos 400 anos da Ordem Hospitaleira, da assistência médico-hospitalar na área da psiquiatria, medicina, enfermagem e da produção artística no campo da terapia ocupacional, nas várias Casas de Saúde da Província Portuguesa. Para mais, inclui uma sala de exposições temporárias, um auditório, e uma biblioteca/centro documental.

3.2.1. Funcionários:

O MSJD-PH possuía na altura da realização deste estágio três funcionários, a Doutora. Carmina Montezuma, diretora do museu, sendo curadora e museóloga, o senhor Válder Correia, fotógrafo e responsável pela coleção de fotografia e a Doutora Margarida Eloy, estagiária de arquivo e responsável pela mediação cultural.

¹⁷⁹ Disponível em <https://isjd.pt/museu/>.

¹⁸⁰ Vide idem, *ibidem*.

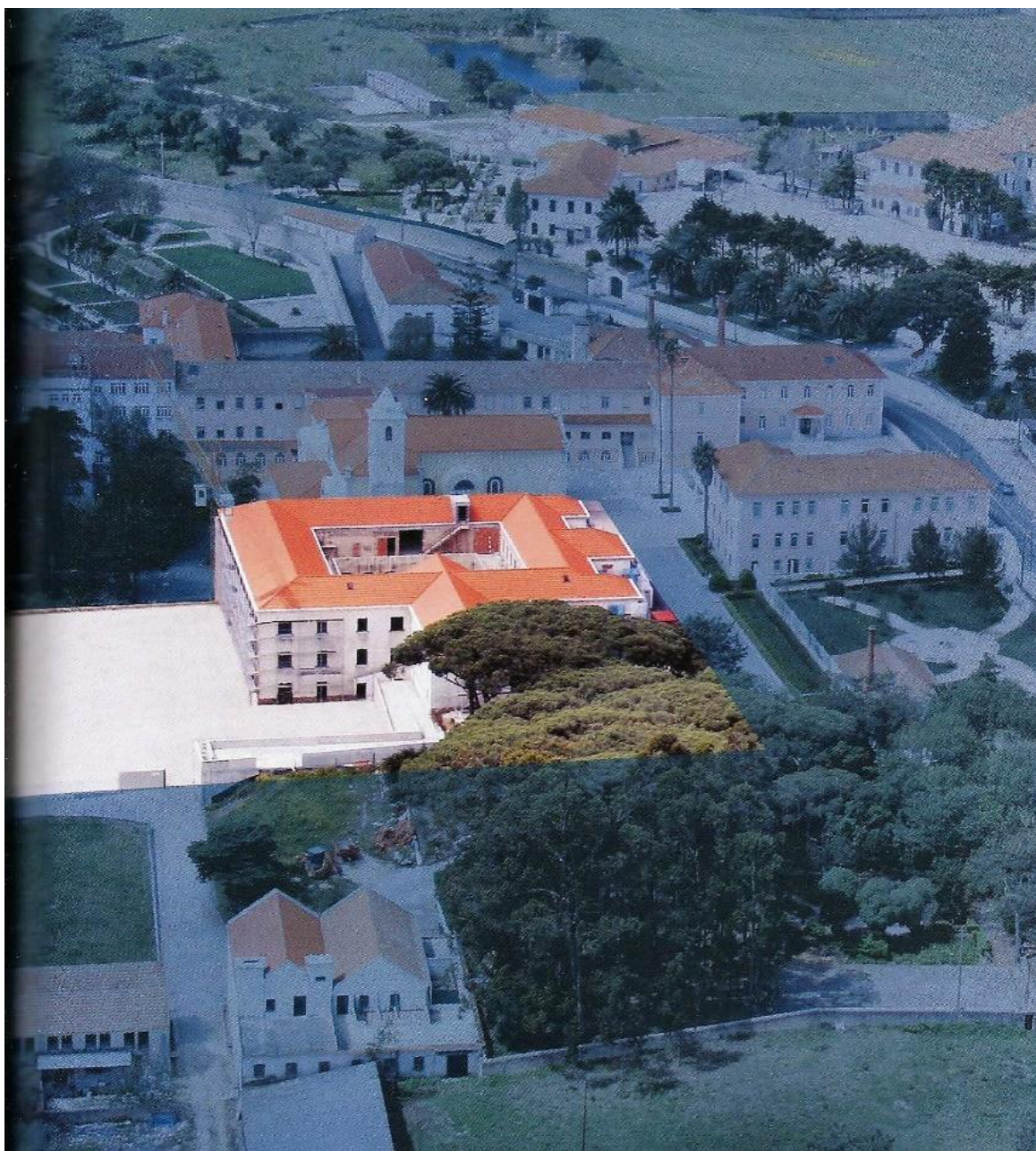


Figura 3 – Panorâmica Parcelar do Complexo Hospitalar da CST em que se integra o MSJD-PH. Natália Correia Guedes (Coord.), *Museu São João de Deus. Psiquiatria e História*, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009, p. 16.

4. DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

4.1. Contextualização

O relatório de estágio realizado provém do programa de estágios curriculares da via profissionalizante dos cursos de 2º ciclo, e corresponde ao número de horas de trabalho de natureza profissional, previstas no plano dos cursos de mestrado e correspondem também a unidades de crédito ECTS, desenvolvidas numa entidade de acolhimento¹⁸¹.

Constituíam os objetivos gerais do estágio, de acordo com o Artigo 2º do Regulamento de Estágios Curriculares da Via Profissionalizante do 2.º Ciclo (Mestrado) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa¹⁸²:

- a) Complementar a formação académica do aluno através do desenvolvimento de práticas de trabalho, junto das entidades de acolhimento;
- b) Aplicar conhecimentos e competências teórico-práticas adquiridas no âmbito dos mestrados;
- c) Ensaiar práticas ajustadas ao mercado do trabalho;
- d) Proporcionar uma futura melhor integração no mercado de trabalho.

Foi escolhida como orientadora na Faculdade a Prof. Doutora Maria de Fátima Reis, que já tinha sido minha docente em várias unidades curriculares, e ambas chegámos à decisão que deveria fazer o máximo de horas que pudesse, por isso optei pela duração de três meses, de 17 de setembro a 7 de dezembro, cerca de 420 horas, pois o horário seria das 9h às 17h, com uma hora de almoço¹⁸³.

No Museu, a minha orientadora foi a Doutora Carmina Montezuma, responsável pelo mesmo. A Doutora Carmina é licenciada em História pela Universidade Autónoma “Luís de Camões”, Mestre em Museologia e Património pela Universidade Nova de

¹⁸¹Vide Regulamentos de Estágios Curriculares da Via Profissionalizante do 2º Ciclo (Mestrado) da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Disponível em https://www.lettras.ulisboa.pt/images/estudantes/regulamento_de_estagios_curriculares_2_ciclo.pdf.

¹⁸² Vide *idem*, *ibidem*.

¹⁸³ Para o curso de História, o número de horas variava entre as 269 e 538. Disponível em <https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/estudantes/alunos/estagios/73-curriculares-2-ciclo#dura%C3%A7%C3%A3o>.

Lisboa, e doutorada em Belas Artes, com especialidade em Ciência da Arte, pela Universidade de Belas-Artes de Lisboa¹⁸⁴.

¹⁸⁴ Disponível em <https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/carmina-montezuma>.

4.1.2. Localização e trajeto

O museu S. João de Deus – Psiquiatria e História está localizado na CST, Vale de Lobos, como já tinha sido referido anteriormente. Uma das primeiras coisas que a doutora Carmina me perguntou aquando a preparação de tudo para a realização do estágio curricular foi se possuía veículo próprio para chegar ao museu, tendo em conta que os transportes públicos existentes eram muito escassos e com horas espaçadas.

Sendo eu natural de Caldas da Rainha e estando a frequentar a Faculdade em Lisboa, habitualmente não teria acesso a automóvel, no entanto, para a execução desta parte do mestrado, os meus pais emprestaram-me um dos carros do agregado familiar, para percorrer cerca de 42,6 km por dia¹⁸⁵ (21,3 km para ir 21,3 km para voltar) desde o quarto que alugava no Alto dos Moinhos, São Domingos de Benfica, na Rua Cidade de Rabat, Lote B1, até ao museu.

Apesar de não parecer algo de extraordinário, os meus pais é que pagaram toda a gasolina e a manutenção da viatura, durante os três meses em que foi utilizada neste percurso, e, vindo eu de uma cidade pequena, conduzir todos os dias no meio do trânsito lisboeta também foi uma adaptação.

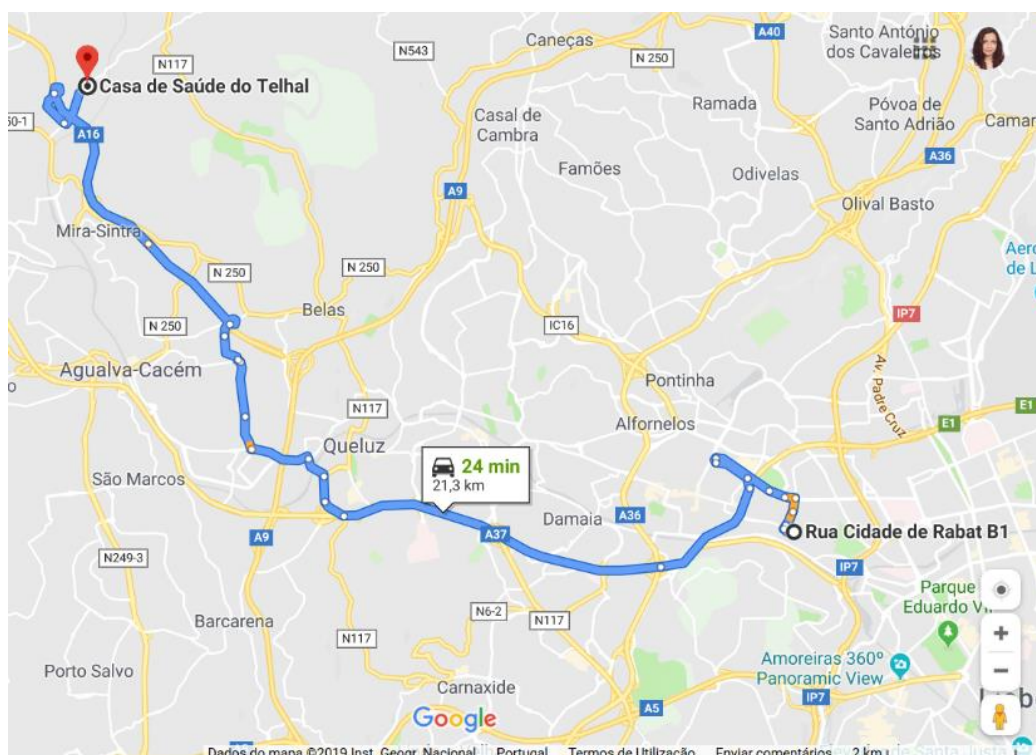


Figura 4 – Mapa do percurso realizado. Disponível em <http://twixar.me/VdX1>.

¹⁸⁵ Disponível em <http://twixar.me/VdX1>.

4.1.3. Local de trabalho

Tive dois locais de trabalho: primeiramente estive numa sala, fechada, com uma mesa e cadeiras, a fazer o inventário sozinha. Mais tarde fui para biblioteca do museu, sítio onde também se encontrava todo o acervo documental: o tratado e o não tratado. Na biblioteca também passava o tempo maioritariamente sozinha, contudo, todas as semanas ia lá o grupo de alcoologia, ler, pois era parte de um dos seus processos de terapia, e este grupo ficava a ler na mesa seguinte enquanto eu trabalhava.

A biblioteca estava muito bem equipada e tinha ar condicionado, especialmente preparada para programar temperaturas de inverno e verão para os documentos não se estragarem.

O museu forneceu-me um computador com Microsoft Word para elaborar o inventário digital, por isso não foi necessário levar equipamento próprio de casa.

Não tive acesso a internet durante todo o estágio, apenas os funcionários do museu tinham acesso à mesma no seu gabinete, e, quando necessário, faziam pesquisas a meu pedido.

4.2. Atividade realizada

O trabalho realizado durante os três meses no museu foi o de tratar o acervo documental da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus, como já tinha sido referido anteriormente, teria de ver os documentos presentes nos *dossiers* e fazer um inventário digital dos mesmos. A própria Doutora Carmina não sabia o que continham os documentos, dizendo que eles tinham sido numerados, e que eu também os deveria colocar por essa numeração – estavam dispostos por ordem numérica – o primeiro *dossier* do 394 ao 1, o segundo *dossier* do 736 ao 395, e o terceiro *dossier* do 1097 ao 737, com falta de alguns documentos pelo meio, e muitas vezes com os documentos registados com o mesmo número, mal numerados, estando como ilegíveis.

Os *dossiers* continham vários tipos de documentos, documentos esses com nomes de pacientes, seus respetivos familiares e tratamentos, porquanto, terei de referir a política de sigilo que a OHSJD relativamente aos seus pacientes.

4.2.1. Proteção de dados

Toda a documentação tratada está ao abrigo da cláusula 6ª – Dever de Sigilo e de Observância das normas da [Entidade de acolhimento], do Protocolo de Cooperação para a Realização de Estágios Curriculares efetuada entre a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa e a OHSJD, a 20 de junho de 2018.

Cláusula 6ª

(Dever de Sigilo e de Observância das normas da [Entidade de acolhimento])

Os estagiários a acolher pela [Entidade de acolhimento] ficam obrigados ao cumprimento das normas de funcionamento internas e ao dever de sigilo, nomeadamente, no que se refere aos espaços e documentação não acessíveis ao público a que vierem a aceder no âmbito do estágio.

Os documentos encontrados nos *dossiers* do trabalho em questão estão ao abrigo da política de confidencialidade da Ordem:

“A confidencialidade enquanto direito do Utente está devidamente expressa na política de direitos e enquanto dever, espelhada no código de ética do ISJD e salvaguardada no procedimento P_02_03 Comunicação e Divulgação (P_02_03_05 Acessos e disseminação de informação sobre clientes).

O não cumprimento do dever de confidencialidade implica a abertura de procedimento disciplinar¹⁸⁶.”

Tendo assim de ser cumprida toda esta política de sigilo não é permitida a exposição direta do conteúdo dos documentos, nem dos seus nomes.

4.2.2. Conteúdo dos *dossiers*

Como já tinha sido referido, não se sabia o que continham os *dossiers*, apenas quando abri o primeiro se começou a ter uma noção do que existia. Os documentos existentes nos três *dossiers* eram correspondência enviada à CST essencialmente do ano de 1921, salvo raras exceções.

¹⁸⁶ Disponível em <https://isjd.pt/confidencialidade/>.

A documentação estava aberta, ou seja, as cartas estavam sem envelopes, a correspondência era dirigida ou: ao diretor¹⁸⁷ da Casa de Saúde do Telhal; ao Superior do Telhal; Irmão Júlio dos Santos; ou Irmão Elias Pereira de Almeida. Quando não havia expressamente um nome a quem se dirigia, a ordens da Dr. Carmina eram para colocar que o documento era dirigido à Casa de Saúde do Telhal. Sabe-se que na altura o Irmão Provincial era o Irmão Elias Pereira de Almeida, no entanto, muitas delas eram escritas para o Irmão Júlio dos Santos¹⁸⁸. Curiosamente, no ano seguinte, 1922, este Irmão ficaria o Irmão Superior.

A informação dos documentos era variada. Muitos tinham informação pessoal, como familiares a perguntar pelos pacientes, a falar das suas doenças, a pagar rendas do seu internamento, a explicar o que teriam enviado para os doentes, e até da sua vida privada, entre outras coisas. Outros documentos tinham informação considerada oficial, uma grande parte deles, eram por parte de várias repartições do exército a pagar vales de correio por soldados a ser tratados no Telhal, o que seria normal, porque como já tinha sido aludido, a CST tratou muitos soldados que teriam combatido na Primeira Guerra Mundial. Havia alguns documentos por parte da Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, que não seria nada fora do comum, dado que eles ajudavam o Telhal com frequência. Igualmente existiam documentos provenientes de bancos, advogados, juízes, entre outros.

O tipo de documentos era variável, mas podem ser sintetizados, de grosso modo, desta forma¹⁸⁹:

- Cartas Pessoais;
- Cartas Oficiais;
- Cartas Oficiais Militares;
- Cartas Comerciais;
- Cartas de Instituições;
- Bilhetes-postais Pessoais;
- Bilhetes-postais Profissionais;
- Cartões-de-visita;

¹⁸⁷ Note-se que o diretor aqui em questão não seria o diretor clínico, que se sabe que era o Dr. Luís Cebola nesta altura.

¹⁸⁸ Uma das possíveis explicações do Telhal era que este Irmão era mais carismático, por isso talvez o confundissem com o Irmão Superior, no entanto, não se têm certezas.

¹⁸⁹ É uma divisão efetuada pela minha pessoa, de acordo com os conteúdos lidos e examinados, podendo não estar de acordo com os modelos atuais, tem de se ter em conta o tipo de correspondência da época.

- Telegramas Pessoais.

Carta Pessoal: proveniente de uma pessoa particular, normalmente, carta de conteúdo pessoal, de linguagem coloquial a tratar de assuntos com a Casa.

Carta Oficial: carta proveniente de uma entidade, pública ou privada, normalmente a tratar de assuntos com a Casa.

Carta Oficial Militar: carta proveniente de um departamento militar, normalmente assinado por um membro de autoridade considerada superior, a tratar de assuntos com a Casa. O normal seria ter os símbolos, timbres e carimbos oficiais.

Carta Comercial: carta proveniente de uma empresa, pública ou privada, a tratar de assuntos com a Casa.

Carta de Instituição: carta proveniente de uma instituição, a tratar de assuntos com a Casa.

Bilhete-postal Pessoal: cartão, de pequenas dimensões, já selado, proveniente de uma pessoa particular, a falar de assuntos particulares, usualmente com linguagem coloquial.

Bilhete-postal Profissional: cartão, de pequenas dimensões, já selado, proveniente de uma empresa.

Cartão-de-visita: Peçaço pequeno de papel ou cartão com impressão de nome e dados pessoais ou profissionais de alguém.

Telegrama Pessoal: Comunicação geralmente curta e urgente, transmitida por meio do telégrafo, proveniente de uma pessoa particular.

Além destes também existia: uma carta memorandum, que era um documento, de conteúdo breve, que se identificava mesmo como Memorandum; um bilhete-postal rasgado, que apenas se entendia que falava de contas; um cartão apenas, que não era de visita, um cartão escrito somente; e um recibo.

O recibo era algo particular, pois a sua data estava completamente fora do normal das datas que se encontravam nos *dossiers*, datado de 1 de janeiro de 1938, encontrava-se no *dossier* nº 3, e terá lá sido colocado por engano, dado que nem sequer estava numerado - era um recibo considerado padrão da época da CST, constava no recibo a pensão do mês atual, a lavagem de roupa, e assistência particular. Também continha os extraordinários como o tabaco, conserto de roupa, conserto de calçado, medicamentos e diversos.

Elaborou-se uma tabela de forma que fosse inteligível os documentos totais e o tipo de documentos vistos.

Tabela 2 – Listagem total das correspondências.

Tipo de Correspondência	Dossier nº 1	Dossier nº 2	Dossier nº 3	Total
Carta Pessoal	214	183	200	597
Carta Oficial Militar	107	77	79	263
Carta Oficial	5	7	3	15
Carta de Instituição	1	3	0	4
Carta Comercial	11	13	5	29
Carta Comercial CP	6	6	6	18
Carta Memorandum	0	0	1	1
Bilhete-postal Pessoal	32	32	43	107
Bilhete-postal Profissional	2	0	1	3
Bilhete postal rasgado	1	0	0	1
Telegrama Pessoal	10	9	8	27
Recibo	0	0	1	1
Cartão-de-visita	10	9	11	30
Cartão	1	0	0	1
Documentos Inexistentes, mas numerados	1	4	4	9
Total	401	343	362	1106

Decidiu-se colocar na tabela uma categoria denominada Carta Comercial CP, para se ter uma noção das quantidades de cartas que a CP enviava à CST.

Dos dados apresentados poderemos concluir que o maior número de documentos está na categoria das cartas pessoais, totalizando 597 cartas, seguem-se as Cartas Oficiais Militares, com 263 no total, em terceiro lugar estão os Bilhetes-postais Pessoais, com 107 documentos no todo, os cartões-de-visita encontram-se em quarto lugar, com 30 documentos, as Cartas Comerciais superam os Telegramas pessoais, tendo as primeiras

29 no total e as segundas 27, as Cartas Oficiais são 15 totalizadas, as Cartas de Instituição 4, e os Bilhetes-postais Profissionais são apenas 3 no total.

No total existiam 9 documentos inexistentes, ou seja, consideram-se documentos inexistentes aqueles que supostamente deveriam ter sido contabilizados, mas que não apareceram nos *dossiers*. Dando um exemplo, no *dossier* nº 1 passar do doc. 334 para o 332, não existindo o 333, não sabendo o que lhe aconteceu, até poderá estar mal arquivado.

No *dossier* nº 1 encontramos algumas particularidades: tais como a existência dos documentos 197.g e 197, 174-F e 174, 146-D e 146, 145-C e 145, 48-b e 48, 19-a e 19; existem três documentos datados de 1920, todos cartas pessoais, neste mesmo *dossier*, o doc. 384 (07/04/1920), o doc. 273 (13/05/1920) e o doc. 48 (27/12/1920).

No *dossier* nº 2 temos as singularidades nos documentos 604 [1] e 604 [2].

No *dossier* nº 3 temos o doc. 830, que estava numerado como 230, mas acreditamos que não estivesse correto, pois estava entre os documentos 831 e 829, daí a decisão de o identificar como 830. O doc. 957 também é datado de 1920 (18/10/1920) e o doc. 859 é um telegrama pessoal datado de 26 de setembro de 1910 - o mais provável é ter sido mal arquivado, quando tal aconteceu colocaram-lhe numeração, no entanto não observaram a sua data, ainda distante de 1921.

Apesar de tudo, depois de todos os três *dossiers* vistos, não existiam cartas de dezembro de 1921, sendo o intervalo do ano de 1921, de janeiro a novembro. O que poderá querer dizer, que no *dossier* nº 4, será possível encontrar documentação de dezembro de 1921.

O doc. [484] foi colocado entre parenteses retos pois ele estava no *dossier* nº 2, no entanto não estava numerado, a Doutora Carmina deu a ordem de no inventário lhe colocar o número 484 pois pensa-se que se terão esquecido de o numerar.

4.2.3. Estado dos dossiers

Os *dossiers* estavam os três num estado adequado, seriam de 1921, as suas argolas de alavanca de metal estariam um pouco oxidadas e corroídas, todavia nada que comprometesse o estado dos documentos. O objetivo do museu seria passá-los para novas pastas de arquivo morto antiácido para melhor conservação¹⁹⁰.

¹⁹⁰ O museu quer passar todo o seu arquivo para pastas de arquivo morto antiácido e não só o estudado.



Figura 5 – Vista da estante de arquivos na biblioteca do MSJD.

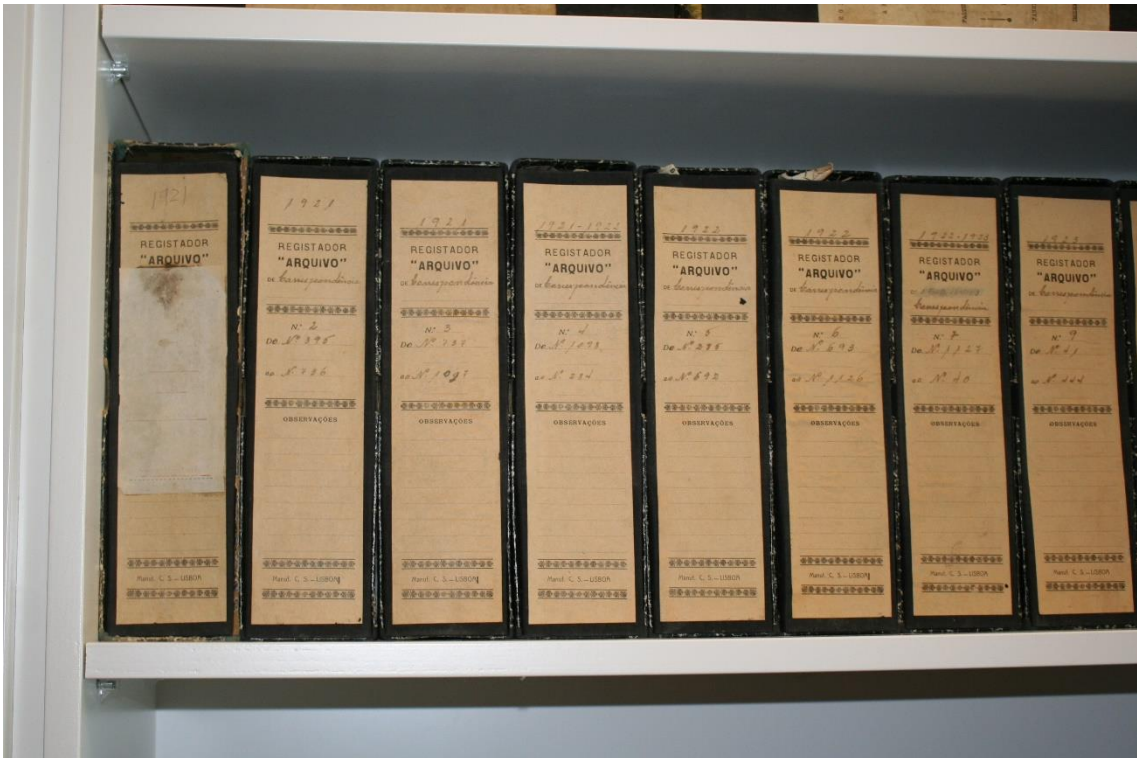


Figura 6 – Dossiers que continham os documentos.



Figura 7 – Mesa da biblioteca, vista



Figura 8 – Vista das mesas da biblioteca.

CONCLUSÃO

Pode-se confirmar que o acervo do MSJD-PH na CST é algo que tem um valor histórico inestimável, tanto para a Ordem como para a restante história da psiquiatria.

O trabalho elaborado no estágio foi todo um processo de aprendizagem no processo de arquivo e não só. Pode-se dizer que a inventariação dos documentos foi um quase trabalho paleográfico, de difícil leitura, pois a maior parte deles estavam com caligrafia dos inícios do século XX, a maior parte deles com erros ortográficos, ou com linguagem que atualmente não é utilizada. Cada documento foi uma descoberta, porque na verdade sentimo-nos dentro da vida de cada paciente, dentro do seu quotidiano, não um do presente, mas sim um do passado: um passado que não é assim tão distante. Ficamos por dentro dos tratamentos que se faziam na época e dos médicos de renome, que tanto ajudaram o Telhal e como esta instituição esteve presente para aqueles que combateram por Portugal na Primeira Guerra Mundial - esta informação não deve ser perdida nem esquecida.

Estar em contacto com o mundo do arquivo e com todos os procedimentos que têm de se seguir também me deu um maior sentido de responsabilidade e proporcionou-me uma nova visão do que estas informações, habitualmente chamadas de arquivo morto, oferecem ao mundo atual. Simultaneamente ajudou-me a crescer e a desenvolver as relações interpessoais com os demais colegas e com todos os utentes que por mim passaram na CST.

A OHSJD proporciona a todos, sem exclusão, a oportunidade de ver os seus arquivos desde que cumpridas as suas normas de sigilo, pois uma das suas principais preocupações é a proteção e o bem-estar dos seus utentes. O MSJD-PH tem o espólio de história da sua Ordem, da história da psiquiatria, medicina e enfermagem que estão intrinsecamente ligadas aos documentos encontrados no seu acervo - tudo isto pode ser visitado e a Doutora Carmina, completamente experiente e dedicada à área, consegue esclarecer essencialmente todas as dúvidas expostas ou indicar bibliografia onde as mesmas possam ser esclarecidas.

Em suma, toda a experiência passada no museu do Telhal, além de ter sido extremamente benéfica para a minha própria experiência profissional e crescimento pessoal, igualmente foi para a base de dados do próprio museu, pois começou um inventário digital do acervo de 1921.

BIBLIOGRAFIA

ALEGRE, Alexandra, MASSANO, António José, et al., eds.

Corpo: Estado, Medicina E Sociedade No Tempo Da Primeira República. Revisão e Coordenação Científica de Maria Rita Lino Garnel, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, 2010.

BARBOSA, Bárbara

Dos Asilos aos Centros de Saúde Mental: O Caso do Porto. Dissertação de Mestrado no ramo de História Contemporânea, apresentada na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2017.

GAMEIRO, Aires, O.H.

Casa de Saúde do Telhal: 1º Centenário 1893-1993, Documentos Históricos e Clínicos, [s.l.], Editorial Hospitalidade, 1993;

GUEDES, Natália Correia (Coord.)

Museu São João de Deus. Psiquiatria e História, Lisboa, Editorial Hospitalidade, 2009.

PEREIRA, Ana Leonor,

“A Institucionalização da Loucura em Portugal”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, vol. 21, novembro 1986, pp. 85-100. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/11684>.

PEREIRA, Denise Maria Borrega

Visões da Psiquiatria, Doença Mental e República no Trabalho do Psiquiatra Luís Cebola (1876-1967): uma Abordagem Histórica nas Encruzilhadas da Psiquiatria, Ideologia Política e Ficção, em Portugal, na Primeira Metade do Século XX, dissertação de doutoramento em História, Filosofia e Património da Ciência e da Tecnologia, apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2015. Exemplar policopiado. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/16309>.

RAMOS, Susana Margarida dos Santos

Loucura, Criminalidade e Marginalidade: Triangulação nos Territórios de Exclusão Social, dissertação de mestrado em Medicina Legal e Ciências Forenses apresentada à Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005. Exemplar policopiado.

SANTOS, Nuno Borja

“O Hospital de Rilhafoles e os Asilos de Alienados na Europa do Século XIX”, *Logos. Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Prof. Doutor Fernando Fonseca, EPE*, vol. 9, nº 2, [s.l.], dezembro 2011, pp. 68-81. Disponível em: http://www.psilogos.com/Revista/Vol9N12/Indice11_ficheiros/Borja_Santos_p68-81.pdf

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal, A Primeira República (1910-1926), Vol. XI - *História Política, Religiosa, Militar e Ultramarina*, , Lisboa, Editorial Verbo, 1995.

SITIOGRAFIA

<https://isjd.pt/museu/>;

<https://isjd.pt/confidencialidade/>;

http://isjd.pt/wp-content/uploads/2016/03/Brochura_ISJD_final.pdf

<https://nomundodosmuseus.hypotheses.org/tag/carmina-montezuma;>

<http://portal.saude.sp.gov.br/caism-philippe-pinel/institucional/quem-foi-philippe-pinel>

<http://twixar.me/VdX1>

[https://www.lettras.ulisboa.pt/images/estudantes/regulamento de estagios curriculares 2. ciclo.pdf;](https://www.lettras.ulisboa.pt/images/estudantes/regulamento_de_estagios_curriculares_2_ciclo.pdf)

<https://www.lettras.ulisboa.pt/pt/estudantes/alunos/estagios/73-curriculares-2-ciclo#dura%C3%A7%C3%A3o;>

<https://www.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/farmacia/quem-foi-philippe-pinel-e-esquirol/32125>

ANEXOS

Tabela – Listagem de documentos no *Dossier* nº 1

<i>Dossier</i> nº 1		
Documentos	Data	Tipo de Correspondência
394	(17/05/1921)	Carta Comercial CP
393	[s.d.]	Carta Pessoal
392	(16/05/1921)	Carta Pessoal
391	(14/05/1921)	Carta Pessoal
390	(15/05/1921)	Carta Pessoal
389	(16/05/1921)	Carta Oficial
388	(12/05/1921)	Carta Pessoal
387	(14/05/1921)	Carta Pessoal
386	(12/05/1921)	Carta Pessoal
385	(11/02/1921)	Carta Pessoal
384	(13/05/1920)	Carta Pessoal
383	(10/05/1921)	Carta Pessoal
382	(11/05/1921)	Carta Oficial Militar
381	(13/05/1921)	Cartão-de-visita
380	(11/05/1921)	Carta Oficial Militar
379	(10/06/1921)	Carta Pessoal
378	(11/05/1921)	Carta Comercial
377	(07/05/1921)	Carta Oficial
376	(11/05/1921)	Carta Pessoal
375	(11/05/1921)	Carta Pessoal
374	(11/05/-) s/ano	Carta Pessoal
373	(08/05/1921)	Carta Pessoal
372	(11/05/1921)	Carta Pessoal
371	(09/05/1921)	Carta Comercial CP
370	(07/05/1921)	Carta Pessoal
369	(10/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
368	(02/01/1921)	Carta Oficial Militar
367	(10/05/1921)	Carta Pessoal
366	[s.d.]	Carta Pessoal
365	(07/05/1921)	Carta Oficial Militar
364	(06/05/1921)	Carta Pessoal
363	(09/05/1921)	Carta Pessoal
362	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
361	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
360	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
359	(05/05/1921)	Carta Oficial Militar
358	(06/05/1921)	Carta Pessoal

357	(06/05/1921)	Carta Pessoal
356	(06/05/1921)	Carta Oficial Militar
355	(05/05/1921)	Carta Oficial Militar
354	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
353	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
352	(03/05/1921)	Carta Comercial
351	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
350	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
349	(02/05/1921)	Carta Pessoal
348	(03/05/1921)	Carta Oficial Militar
347	(03/05/1921)	Carta Pessoal
346	(-/04/1921)	Carta Oficial Militar
345	(02/05/1921)	Carta Pessoal
344	(02/05/1921)	Carta Pessoal
343	(02/04/1921)	Carta Pessoal
342	(29/04/1921)	Carta Pessoal
341	(28/04/1921)	Carta Oficial
340	(20/04/1921)	Carta Pessoal
339	(-/04/1921)	Carta Pessoal
338	(27/04/1921)	Carta Pessoal
337	(28/04/1921)	Carta Oficial Militar
336	(28/04/1921)	Carta Pessoal
335	(27/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
334	(26/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
333	~	Documentos Inexistente
332	(26/04/1921)	Carta Oficial Militar
331	[s.d.]	Carta Pessoal
330	(26/04/1921)	Carta Pessoal
329	(25/04/1921)	Carta Pessoal
328	(26/04/1921)	Carta Comercial
327	(25/04/1921)	Carta Oficial Militar
326	(25/04/1921)	Carta Pessoal
325	(23/04/1921)	Carta Pessoal
324	(23/04/1921)	Carta Pessoal
323	(22/04/1921)	Carta Pessoal
322	(24/04/1921)	Carta Pessoal
321	(22/04/1291)	Carta Oficial Militar
320	(22/04/1921)	Carta Pessoal
319	(22/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
318	(22/04/1921)	Carta Oficial Militar
317	(21/04/1921)	Carta Pessoal
316	(15/04/1921)	Carta Pessoal
315	(18/04/1921)	Carta Pessoal
314	(19/04/1921)	Carta Pessoal
313	(19/04/1921)	Carta Pessoal

312	(19/04/1921)	Carta Pessoal
311	(19/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
310	(15/04/1921)	Carta Pessoal
309	(18/04/1921)	Carta Oficial Militar
308	(14/04/1921)	Carta de Instituição
307	(17/04/1921)	Carta Pessoal
306	(16/04/1921)	Carta Pessoal
305	(16/04/-) s/ano	Carta Pessoal
304	(17/04/1921)	Bilhete-postal Profissional
303	(15/04/1921)	Cartão-de-visita
302	(15/04/1921)	Cartão-de-visita
301	(14/04/1921)	Carta Oficial Militar
300	(01/04/1921)	Carta Pessoal
299	(14/04/1921)	Carta Pessoal
298	(12/04/1921)	Carta Pessoal
297	(14/04/1921)	Carta Oficial Militar
296	(12/04/1921)	Carta Pessoal
295	(-/04/1921)	Carta Pessoal
294	(09/04/1921)	Carta Pessoal
293	(14/04/1921)	Telegrama Pessoal
292	[s.d.]	Carta Pessoal
291	(11/04/1921)	Carta Oficial Militar
290	(12/04/1921)	Carta Pessoal
289	(11/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
288	(04/04/1921)	Carta Pessoal
287	(11/04/1921)	Bilhete-postal Profissional
286	(10/04/1921)	Carta Pessoal
285	(04/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
284	(08/04/1921)	Carta Oficial Militar
283	[s.d.]	Carta Pessoal
282	(09/04/1921)	Carta Pessoal
281	(08/04/1921)	Carta Pessoal
280	(07/04/1921)	Carta Comercial CP
279	(07/04/1921)	Cartão-de-visita
278	(07/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
277	(08/04/1921)	Cartão-de-visita
276	(05/04/1921)	Carta Pessoal
275	(06/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
274	(04/04/1921)	Carta Pessoal
273	(07/04/1920)	Carta Pessoal
272	(15/03/1921)	Carta Pessoal
271	(06/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
270	(06/04/1921)	Carta Pessoal

269	(07/04/1921)	Carta Pessoal
268	(06/04/1921)	Carta Comercial
267	[s.d.]	Carta Pessoal
266	(05/04/1921)	Carta Oficial Militar
265	(04/04/-) s/ano	Carta Oficial Militar
264	(05/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
263	(03/04/1921)	Carta Pessoal
262	(05/04/1921)	Carta Pessoal
261	(04/04/1921)	Carta Oficial Militar
260	(04/04/1921)	Carta Oficial Militar
259	(03/04/1921)	Carta Oficial Militar
258	(31/03/1921)	Carta Oficial Militar
257	(04/04/1921)	Carta Pessoal
256	(01/04/1921)	Carta Pessoal
255	(01/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
254	(02/04/1921)	Bilhete-postal Pessoal
253	(30/03/1921)	Carta Oficial Militar
252	(31/03/1921)	Carta Oficial Militar
251	(02/04/1921)	Carta Pessoal
250	(02/04/1921)	Carta Oficial Militar
249	(01/04/1921)	Carta Pessoal
248	(28/03/1921)	Carta Pessoal
247	[s.d.]	Carta Pessoal
246	(01/04/1921)	Cartão-de-visita
245	(01/04/1921)	Carta Pessoal
244	(01/04/1921)	Carta Pessoal
243	(21/03/1921)	Carta Pessoal
242	(31/03/1921)	Carta Oficial Militar
241	(01/04/1921)	Carta Oficial Militar
240	(31/03/1921)	Carta Oficial Militar
239	(31/03/1921)	Carta Oficial Militar
238	(30/03/1921)	Carta Oficial
237	(31/03/1921)	Telegrama Pessoal
236	[s.d.]	Cartão
235	(30/03/1921)	Carta Oficial Militar
234	(29/03/1921)	Carta Comercial
233	(29/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
232	(28/03/1921)	Carta Comercial
231	(29/03/1921)	Carta Pessoal
230	(28/03/1921)	Carta Pessoal
229	(24/03/1921)	Carta Pessoal
228	(28/03/1921)	Carta Pessoal
227	[s.d.]	Carta Oficial Militar
226	[s.d.]	Carta Oficial Militar
225	(23/03/1921)	Carta Pessoal

224	(22/03/1921)	Carta Comercial CP
223	[s.d.]	Carta Oficial Militar
222	(14/03/1921)	Carta Pessoal
221	(20/03/1921)	Carta Pessoal
220	(20/03/1921)	Carta Pessoal
219	(19/03/1921)	Carta Pessoal
218	(19/03/1921)	Carta Pessoal
217	(20/03/1921)	Carta Pessoal
216	(19/03/1921)	Carta Pessoal
215	(18/03/1921)	Carta Oficial Militar
214	(19/03/1921)	Carta Pessoal
213	(18/03/1921)	Carta Pessoal
212	[s.d.]	Carta Oficial Militar
211	(14/03/1921)	Carta Pessoal
210	(15/03/1921)	Carta Pessoal
209	(17/03/1921)	Carta Pessoal
208	(16/03/1921)	Carta Pessoal
207	(15/03/1921)	Carta Pessoal
206	(09/03/1921)	Carta Pessoal
205	(14/03/1921)	Carta Pessoal
204	(14/03/1921)	Carta Oficial Militar
203	(09/03/1921)	Carta Pessoal
202	(12/03/1921)	Carta Pessoal
201	(14/03/1921)	Carta Pessoal
200	(11/03/1921)	Carta Pessoal
199	(13/03/1921)	Carta Pessoal
198	(11/03/1921)	Carta Oficial Militar
197.g	(09/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
197	(08/03/1921)	Carta Comercial
196	09/03/1921)	Carta Pessoal
195	(05/03/1921)	Carta Pessoal
194	(10/03/-) s/ano	Carta Oficial Militar
193	(03/03/1921)	Carta Pessoal
192	(10/03/1921)	Carta Pessoal
191	(10/03/1921)	Carta Pessoal
190	(18/03/1921)	Telegrama Pessoal
189	(08/03/1921)	Carta Pessoal
188	(07/03/1921)	Carta Pessoal
187	(04/03/1921)	Carta Pessoal
186	(07/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
185	(08/03/1921)	Carta Oficial Militar
184	(11/03/1921)	Carta Oficial Militar
183	(07/03/1921)	Carta Oficial Militar
182	(08/03/1921)	Carta Pessoal
181	(03/03/1921)	Carta Oficial Militar

180	(05/03/1921)	Carta Oficial Militar
179	(05/03/1921)	Carta Oficial Militar
178	(07/03/1921)	Telegrama Pessoal
177	[s.d.]	Cartão-de-visita
176	(05/03/1921)	Carta Pessoal
175	(02/03/1921)	Carta Pessoal
174-F	(04/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
174	(01/03/1921)	Carta Pessoal
173	(02/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
172	(01/03/1921)	Carta Pessoal
171-E	(02/03/1921)	Carta Pessoal
171	(04/03/1921)	Bilhete-postal Pessoal
170	(02/03/1921)	Carta Oficial Militar
169	(01/03/1921)	Carta Oficial Militar
168	(02/03/1921)	Carta Oficial Militar
167	(01/03/1921)	Carta Oficial Militar
166	(26/02/1921)	Carta Oficial Militar
165	(28/02/1921)	Carta Oficial Militar
164	(28/02/1921)	Carta Oficial Militar
163	(27/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
162	(02/03/1921)	Carta Oficial Militar
161	(01/03/1921)	Carta Oficial Militar
160	(28/02/1921)	Carta Oficial Militar
159	(27/02/1921)	Carta Pessoal
158	(28/02/1921)	Carta Pessoal
157	(27/02/1921)	Carta Pessoal
156	(28/02/1921)	Carta Pessoal
155	(26/02/1921)	Carta Pessoal
154	(25/02/1921)	Carta Oficial Militar
153	(24/02/1921)	Carta Pessoal
152	(26/02/1921)	Carta Pessoal
151	(27/02/1921)	Carta Pessoal
150	(23/02/1921)	Carta Pessoal
149	(24/02/1921)	Carta Pessoal
148	(25/02/1921)	Carta Pessoal
147	(24/02/1921)	Carta Comercial
146-D	(20/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
146	(20/02/1921)	Carta Pessoal
145-C	(20/02/1921)	Carta Pessoal
145	(23/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
144	(21/02/1921)	Carta Pessoal
143	(22/02/1921)	Carta Pessoal
142	(18/02/1921)	Carta Pessoal
141	(22/03/1921)	Telegrama Pessoal
140	(19/02/1921)	Carta Comercial

139	(10/02/1921)	Carta Pessoal
138	(18/02/1921)	Carta Comercial
137	(16/02/1921)	Carta Pessoal
136	(17/02/1921)	Carta Pessoal
135	(15/02/1921)	Carta Pessoal
134	(15/02/1921)	Cartão-de-visita
133	[s.d.]	Carta Oficial
132	(14/02/1921)	Carta Oficial Militar
131	(11/02/1921)	Carta Oficial Militar
130	(14/02/1921)	Carta Oficial Militar
129	(15/02/1921)	Carta Pessoal
128	(14/02/1921)	Carta Pessoal
127	(08/02/1921)	Carta Pessoal
126	(14/02/1921)	Carta Pessoal
125	(08/02/1921)	Carta Pessoal
124	(11/02/1921)	Carta Pessoal
123	(14/02/1921)	Carta Pessoal
122	(13/02/1921)	Carta Pessoal
121	(13/02/1921)	Carta Pessoal
120	(11/02/1921)	Carta Pessoal
119	(14/02/1921)	Carta Pessoal
118	(11/02/1921)	Carta Pessoal
117	(14/02/1921)	Telegrama Pessoal
116	(11/02/1921)	Carta Oficial Militar
115	(11/02/1921)	Carta Comercial CP
114	(09/02/1921)	Carta Pessoal
113	(09/02/1921)	Carta Pessoal
112	(10/02/1921)	Carta Pessoal
111	(09/02/1921)	Carta Pessoal
110	(09/02/1921)	Carta Oficial Militar
109	(09/02/1921)	Carta Pessoal
108	(07/02/1921)	Carta Pessoal
107	(09/02/1921)	Carta Oficial Militar
106	(08/02/1921)	Carta Pessoal
105	(07/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
104	(08/02/1921)	Carta Pessoal
103	(07/02/1921)	Carta Pessoal
102	(08/02/1921)	Telegrama Pessoal
101	(05/02/1921)	Carta Oficial Militar
100	(03/02/1921)	Carta Oficial Militar
99	(04/02/1921)	Carta Oficial Militar
98	(05/02/1921)	Carta Oficial Militar
97	(07/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
96	(04/02/1921)	Carta Pessoal
95	(06/02/1921)	Carta Pessoal

94	(05/02/1921)	Carta Oficial Militar
93	(05/02/1921)	Bilhete-postal Pessoal
92	(04/02/1921)	Carta Pessoal
91	(03/02/1921)	Carta Pessoal
90	(-/02/1921)	Carta Pessoal
89	(03/02/1921)	Carta Pessoal
88	(04/02/1921)	Carta Pessoal
87	(03/02/1921)	Carta Pessoal
86	(02/02/1921)	Carta Oficial Militar
85	(30/01/1921)	Carta Pessoal
84	(01/02/1921)	Carta Oficial Militar
83	(03/02/1921)	Carta Oficial Militar
82	(01/02/1921)	Carta Pessoal
81	(25/01/1921)	Carta Pessoal
80	(01/02/1921)	Carta Pessoal
79	(01/02/1921)	Carta Pessoal
78	(07/02/1921)	Carta Pessoal
77	(01/02/1921)	Carta Oficial Militar
76	(02/02/1921)	Carta Oficial Militar
75	(28/01/1921)	Carta Pessoal
74	(03/02/1921)	Carta Oficial Militar
73	(31/01/1921)	Carta Pessoal
72	(27/01/1921)	Carta Pessoal
71	(27/01/1921)	Carta Pessoal
70	(28/01/1921)	Carta Oficial Militar
69	(24/01/1921)	Carta Pessoal
68	(27/01/1921)	Carta Pessoal
67	(29/01/1921)	Carta Pessoal
66	(26/01/1921)	Carta Oficial Militar
65	(28/01/1921)	Carta Pessoal
64	(28/01/1921)	Carta Pessoal
63	(26/01/1921)	Carta Pessoal
62	(27/01/1921)	Carta Oficial Militar
61	(27/01/1921)	Carta Oficial Militar
60	(27/01/1921)	Carta Pessoal
59	(26/01/1921)	Carta Oficial Militar
58	(25/01/1921)	Carta Oficial Militar
57	(27/01/1921)	Carta Pessoal
56	(26/01/1921)	Carta Pessoal
55	(22/01/1921)	Carta Oficial Militar
54	[s.d.]	Carta Pessoal
53	(24/01/1921)	Carta Pessoal
52	(24/01/1921)	Carta Pessoal
51	(25/01/1921)	Telegrama Pessoal
50	(24/01/1921)	Carta Pessoal

49	(22/01/1921)	Carta Pessoal
48-b	(21/01/-) s/ano	Carta Oficial Militar
48	(27/12/1920)	Carta Pessoal
47	(22/01/1921)	Carta Oficial Militar
46	(22/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
45	(21/01/1921)	Cartão-de-visita
44	(21/01/1921)	Carta Oficial Militar
43	(13/01/1921)	Carta Pessoal
42	(17/01/1921)	Carta Pessoal
41	(14/01/1921)	Carta Oficial Militar
40	(17/01/1921)	Carta Pessoal
39	(17/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
38	(15/01/1921)	Carta Pessoal
37	(16/01/1921)	Telegrama Pessoal
36	(15/01/1921)	Carta Comercial
35	(14/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
34	(14/01/1921)	Carta Pessoal
33	(13/01/1921)	Carta Pessoal
32	(13/01/1921)	Cartão-de-visita
31	[s.d.]	Carta Pessoal
30	(11/01/1921)	Carta Pessoal
29	(11/01/1921)	Carta Oficial Militar
28	(10/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
27	(10/01/1921)	Telegrama Pessoal
26	(09/01/1921)	Carta Pessoal
25	(09/01/1921)	Carta Oficial Militar
24	(08/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
23	(08/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
22	(08/01/1921)	Carta Oficial Militar
21	(08/01/1921)	Carta Oficial Militar
20	(08/01/1921)	Carta Oficial Militar
19-a	(07/01/1921)	Carta Pessoal
19	(07/01/1921)	Carta Pessoal
18	(07/01/1921)	Carta Oficial Militar
17	(07/01/1921)	Carta Oficial Militar
16	(07/01/1921)	Carta Pessoal
15	(06/01/1921)	Carta Oficial Militar
14	(01/01/1921)	Carta Oficial Militar
13	(05/01/1921)	Carta Oficial Militar
12	(05/01/1921)	Carta Pessoal
11	(04/01/1921)	Carta Comercial CP
10	(04/01/1921)	Carta Oficial Militar
9	(03/01/1921)	Carta Oficial Militar
8	(03/01/1921)	Carta Oficial Militar
7	(03/01/1921)	Carta Oficial Militar

6	[s.d.]	Carta Pessoal
5	(01/01/1921)	Bilhete-postal Pessoal
4	[s.d.]	Carta Pessoal
3	[s.d.]	Carta Pessoal
2	[s.d.]	Bilhete-postal rasgado
1	[s.d.]	Carta Pessoal

Tabela – Listagem de documentos no *Dossier* nº 2

<i>Dossier</i> nº 2		
Documentos	Data	Tipo de Correspondência
736	(23/08/1921)	Carta Pessoal
735	(23/08/1921)	Carta Pessoal
734	(17/08/1921)	Carta Pessoal
733	~	Documento Inexistente
732	(22/08/1921)	Carta Pessoal
731	(22/08/1921)	Carta Pessoal
730	(22/08/1921)	Carta Pessoal
729	(21/08/1921)	Telegrama Pessoal
728	(20/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
727	(14/08/1921)	Carta Pessoal
726	[s.d]	Carta Pessoal
725	(19/08/1921)	Carta Pessoal
724	(20/08/1921)	Telegrama Pessoal
723	(19/08/1921)	Telegrama Pessoal
722	(17/08/1921)	Carta Comercial CP
721	[s.d]	Carta Pessoal
720	(16/08/1921)	Carta Pessoal
719	(17/08/1921)	Carta Pessoal
718	(16/08/1921)	Carta Pessoal
717	[s.d]	Carta Pessoal
716	(16/08/1921)	Carta Pessoal
715	(17/08/1921)	Carta Oficial
714	(15/08/1921)	Carta Comercial
713	(14/08/1921)	Carta Pessoal
712	(13/08/1921)	Carta Pessoal
711	(11/08/1921)	Carta Pessoal
710	(14/08/1921)	Carta Pessoal
709	(-/08/1921)	Carta Pessoal
708	(14/08/1921)	Carta Pessoal
707	(15/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
706	(14/08/1921)	Telegrama Pessoal
705	(12/08/1921)	Carta Pessoal
704	(13/08/1921)	Carta Oficial Militar
703	(13/08/1921)	Carta Pessoal
702	(11/08/1921)	Carta Oficial Militar
701	(11/08/1921)	Carta Pessoal
700	(14/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
699	(12/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
698	(13/09/1921)	Carta Pessoal
697	(13/08/1921)	Carta Pessoal

696	(13/08/192)	Carta Pessoal
695	(10/08/1921)	Carta Oficial Militar
694	(12/08/1921)	Carta Pessoal
693	(11/08/1921)	Carta Pessoal
692	(12/08/1921)	Carta Pessoal
691	(12/08/1921)	Carta Pessoal
690	(10/08/1921)	Carta Pessoal
689	(10/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
688	[s.d]	Carta Pessoal
687	(07/08/1921)	Carta Pessoal
686	(08/08/1921)	Carta Pessoal
685	(10/08/1921)	Carta Oficial Militar
684	(11/08/1921)	Cartão-de-visita
683	(09/08/1921)	Cartão-de-visita
682	(10/08/1921)	Carta Pessoal
681	(10/08/1921)	Carta Pessoal
680	(08/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
679	(07/08/1921)	Carta Oficial Militar
678	(08/08/1921)	Carta Oficial Militar
677	(08/08/1921)	Carta Pessoal
676	(08/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
675	(06/08/1921)	Carta Pessoal
674	(07/08/1921)	Carta Pessoal
673	(07/08/1921)	Carta Pessoal
672	(05/08/1921)	Carta Oficial Militar
671	(06/08/1921)	Carta Pessoal
670	(05/08/1921)	Carta Comercial CP
669	(05/08/1921)	Carta Oficial Militar
668	(04/08/1921)	Carta Pessoal
667	(06/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
666	(04/08/1921)	Carta Oficial Militar
665	(02/08/1921)	Carta Pessoal
664	(04/08/1921)	Carta Pessoal
663	(05/08/1921)	Carta Oficial Militar
662	(31/07/1921)	Carta Oficial
661	(31/07/1921)	Carta Pessoal
660	(03/07/1921)	Carta Oficial Militar
659	(06/08/1921)	Carta Pessoal
658	(31/07/1921)	Carta Pessoal
657	(03/08/1921)	Telegrama Pessoal
656	(28/07/1921)	Carta Oficial Militar
655	(01/08/1921)	Carta Pessoal
654	(02/08/1921)	Carta Oficial Militar
653	(01/08/1921)	Carta Oficial Militar
652	(21/07/1921)	Carta Oficial Militar

651	(01/08/1921)	Carta Oficial Militar
650	(01/08/1921)	Carta Oficial Militar
649	(02/08/1921)	Telegrama Pessoal
648	(30/07/1921)	Carta Pessoal
647	(01/08/1921)	Carta Pessoal
646	(01/08/1921)	Carta Pessoal
645	(01/08/1921)	Carta Pessoal
644	(01/08/1921)	Carta Oficial Militar
643	(02//08/1921)	Carta Comercial
642	[s.d.]	Carta Pessoal
641	(28/-/1921)	Carta Pessoal
640	(30/07/1921)	Carta Pessoal
639	(30/07/1921)	Carta Pessoal
638	(31/07/1921)	Carta Oficial Militar
637	(31/07/1921)	Carta Oficial Militar
636	(30/07/1921)	Carta Pessoal
635	(28/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
634	(30/07/1921)	Carta Pessoal
633	(29/07/1921)	Carta Pessoal
632	(29/07/1921)	Carta Pessoal
631	(29/07/1921)	Carta Pessoal
630	(28/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
629	(28/07/1921)	Carta Pessoal
628	[s.d]	Carta Pessoal
627	[s.d.]	Carta Comercial
626	(03/06/-) S/ano	Carta Pessoal
625	(26/07/1921)	Carta Oficial Militar
624	(24/07/1921)	Carta Pessoal
623	[s.d.]	Carta Comercial
622	(26/07/1921)	Carta Pessoal
621	(25/07/1921)	Carta Pessoal
620	(25/07/1921)	Carta Pessoal
619	(24/07/1921)	Carta Oficial Militar
618	(25/07/1921)	Carta Pessoal
617	(25/07/1921)	Carta Pessoal
616	(22/07/1921)	Carta Pessoal
615	(24/07/1921)	Carta Pessoal
614	(25/07/1921)	Carta Comercial
613	(26/07/1921)	Telegrama Pessoal
612	(21/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
611	(22/07/1921)	Carta Comercial
610	(23/07/1921)	Carta Pessoal
609	[s.d.]	Cartão-de-visita
608	(24/07/1921)	Carta Pessoal
607	(22/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal

606	(22/07/1921)	Carta Oficial
605	(20/07/1921)	Carta Pessoal
604 [1]	(14/07/1921)	Carta Pessoal
604 [2]	[s.d.]	Carta Pessoal
603	(16/07/1921)	Carta Oficial
602	(19/07/1921)	Carta Comercial
601	(15/07/1921)	Carta Pessoal
600	(07/07/1921)	Carta Pessoal
599	(18/07/1921)	Carta Comercial
598	(16/07/1921)	Carta Pessoal
597	(16/07/1921)	Carta Pessoal
596	(17/07/1921)	Cartão-de-visita
595	(17/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
594	[s.d.]	Cartão-de-visita
593	(16/07/1921)	Carta Pessoal
592	(15/07/1921)	Carta Comercial
591	(14/07/1921)	Carta Pessoal
590	(13/07/1921)	Carta Pessoal
589	(10/07/1921)	Carta Pessoal
588	(13/07/1921)	Carta Oficial Militar
587	(12/07/1921)	Carta Pessoal
586	(14/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
585	(13/07/1921)	Carta Pessoal
584	(11/07/1921)	Carta Pessoal
583	(11/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
582	(12/07/1921)	Cartão-de-visita
581	(10/07/1921)	Carta Pessoal
580	(12/07/1921)	Carta Oficial Militar
579	(11/08/1921)	Carta Pessoal
578	(09/07/1921)	Carta Oficial Militar
577	~	Documento Inexistente
576	[s.d.]	Bilhete-postal Pessoal
575	(07/07/1921)	Carta Pessoal
574	~	Documento Inexistente
573	(08/06/1921)	Carta Oficial Militar
572	(08/07/1921)	Carta Oficial Militar
571	(07/07/1921)	Carta Pessoal
570	(07/07/1921)	Carta Pessoal
569	(06/07/1921)	Carta Pessoal
568	(08/07/1921)	Carta Pessoal
567	[s.d]	Carta Pessoal
566	[s.d]	Carta Pessoal
565	(04/07/1921)	Carta Pessoal
564	(03/07/1921)	Carta Pessoal
563	[s.d]	Carta Pessoal

562	(06/07/1921)	Telegrama Pessoal
561	(05/07/1921)	Carta Oficial Militar
560	(04/07/1921)	Carta Oficial Militar
559	(06/07/1921)	Carta Oficial Militar
558	(05/07/1921)	Carta Oficial Militar
557	(04/07/1921)	Carta Pessoal
556	(04/07/1921)	Carta Pessoal
555	(28/06/1921)	Carta Oficial Militar
554	(04/07/1921)	Carta Oficial
553	(03/07/1921)	Carta Pessoal
552	(02/07/1921)	Carta Oficial Militar
551	(04/07/1921)	Carta Oficial Militar
550	(20/06/1921)	Carta Oficial Militar
549	(02/07/1921)	Carta Pessoal
548	(02/07/1921)	Carta Oficial Militar
547	(03/07/1921)	Carta Pessoal
546	(02/07/1921)	Carta Pessoal
545	(02/07/1921)	Carta Comercial
544	(02/07/1921)	Carta Pessoal
543	(30/06/1921)	Carta Pessoal
542	(01/02/1921)	Carta Pessoal
541	(02/07/1921)	Carta Pessoal
540	(02/07/1921)	Carta Pessoal
539	[s.d.]	Carta Pessoal
538	(01/07/1921)	Carta Oficial Militar
537	(01/07/1921)	Carta Oficial Militar
536	(02/07/1921)	Telegrama Pessoal
535	(01/07/1921)	Carta Pessoal
534	(01/07/1921)	Bilhete-postal Pessoal
533	(01/07/1921)	Carta Pessoal
532	(01/07/1921)	Cartão-de-visita
531	(27/06/1921)	Carta Oficial Militar
530	1921	Carta Oficial Militar
529	(27/06/1921)	Carta Oficial Militar
528	(29/06/1921)	Carta Comercial CP
527	(30/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
526	(26/06/1921)	Carta Pessoal
525	(30/06/1921)	Carta Pessoal
524	(30/06/1921)	Carta Pessoal
523	(30/06/1921)	Carta Pessoal
522	(26/06/1921)	Carta Oficial Militar
521	(27/06/1921)	Carta Oficial Militar
520	(27/06/1921)	Carta Oficial Militar
519	(21/06/1921)	Carta Pessoal
518	(29/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal

517	(29/06/1921)	Carta Pessoal
516	(29/06/1921)	Carta Pessoal
515	(27/06/1921)	Carta Pessoal
514	(28/06/1921)	Carta Pessoal
513	(26/06/1921)	Carta Pessoal
512	[s.d.]	Carta Pessoal
511	(17/06/1921)	Carta Pessoal
510	(26/06/1921)	Carta Pessoal
509	(25/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
508	[s.d.]	Carta Pessoal
507	(26/06/1921)	Carta Pessoal
506	(25/06/1921)	Carta Oficial Militar
505	(23/06/1921)	Carta Pessoal
504	(25/06/1921)	Carta Pessoal
503	(25/06/1921)	Carta Pessoal
502	(24/06/1921)	Carta Oficial Militar
501	(20/06/1921)	Carta Pessoal
500	(23/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
499	(23/06/1921)	Carta Pessoal
498	(22/06/1921)	Carta Pessoal
497	(23/06/1921)	Carta Oficial Militar
496	(21/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
495	(22/06/1921)	Carta Pessoal
494	(23/06/1921)	Carta Pessoal
493	(18/06/1921)	Cartão-de-visita
492	(20/06/1921)	Carta Oficial Militar
491	(20/06/1921)	Carta Comercial CP
490	[s.d.]	Carta Pessoal
489	(19/06/1921)	Carta Pessoal
488	(19/06/1921)	Carta Pessoal
487	(17/06/1921)	Carta Pessoal
486	(11/06/1921)	Carta Pessoal
485	(17/06/1921)	Carta Oficial Militar
[484]	(17/06/1921)	Carta Oficial Militar
483	(17/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
482	(16/06/1921)	Carta Pessoal
481	(13/06/1921)	Carta Pessoal
480	(15/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
479	(14/06/1921)	Carta Comercial CP
478	(14/06/1921)	Carta Pessoal
477	(14/06/1921)	Carta Comercial
476	(13/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
475	(14/06/1921)	Carta de Instituição
474	(11/06/1921)	Carta Comercial
473	(13/06/1921)	Carta Pessoal

472	(12/06/1921)	Carta Oficial Militar
471	(10/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
470	[s.d.]	Carta Pessoal
469	(09/06/1921)	Carta Pessoal
468	(10/06/1921)	Carta Pessoal
467	(09/06/1921)	Carta Pessoal
466	(10/06/1921)	Bilhete-postal Pessoal
465	(10/06/1921)	Carta Pessoal
464	(09/06/1921)	Carta Pessoal
463	(08/06/1921)	Carta Pessoal
462	(07/06/1921)	Carta Pessoal
461	(09/10/1921)	Carta de Instituição
460	(07/06/1921)	Carta Pessoal
459	(09/06/1921)	Carta Oficial Militar
458	(07/06/1921)	Carta Oficial Militar
457	(07/06/1921)	Carta Oficial Militar
456	(04/06/1921)	Carta Oficial Militar
455	(06/06/1921)	Carta Pessoal
454	(06/06/1921)	Carta Oficial Militar
453	~	Documento Inexistente
452	(06/06/1921)	Carta Oficial
451	(03/06/1921)	Carta Pessoal
450	(04/05/1921)	Carta Oficial Militar
449	(04/06/1921)	Carta Oficial Militar
448	(06/07/1921)	Carta Pessoal
447	[s.d.]	Carta Comercial
446	(05/06/1921)	Carta Pessoal
445	(05/06/1921)	Carta Pessoal
444	(05/06/1921)	Carta Pessoal
443	(05/06/1921)	Carta Pessoal
442	(03/06/1921)	Carta Oficial Militar
441	(03/06/1921)	Carta Oficial Militar
440	(02/06/1921)	Carta Oficial Militar
439	(03/06/1921)	Carta Oficial Militar
438	(01/06/1921)	Carta Oficial Militar
437	(02/06/1921)	Carta Oficial Militar
436	(02/06/1921)	Carta Pessoal
435	(06/06/1921)	Carta Oficial Militar
434	(01/06/1921)	Carta Oficial Militar
433	(01/06/1921)	Carta Pessoal
432	(02/06/1921)	Carta Pessoal
431	(30/05/1921)	Carta de Instituição
430	(30/05/1921)	Carta Oficial Militar
429	(31/05/1921)	Carta Oficial Militar
428	(31/05/1921)	Carta Pessoal

427	(31/05/1921)	Carta Pessoal
426	(31/05/1921)	Carta Pessoal
425	(29/05/1921)	Carta Pessoal
424	(30/05/1921)	Carta Pessoal
423	(28/05/1921)	Carta Pessoal
422	(27/05/1921)	Carta Oficial Militar
421	(28/05/1921)	Carta Oficial Militar
420	(28/05/1921)	Carta Oficial Militar
419	(28/05/1921)	Carta Oficial Militar
418	(28/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
417	(-/05/1921)	Carta Pessoal
416	(24/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
415	(27/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
414	(16/05/1921)	Carta Pessoal
413	(21/05/1921)	Carta Oficial Militar
412	(21/05/1921)	Carta Oficial Militar
411	(26/05/1921)	Carta Pessoal
410	(25/05/1921)	Carta Pessoal
409	(25/05/1921)	Carta Oficial Militar
408	[s.d.]	Carta Oficial
407	(22/05/1921)	Carta Oficial Militar
406	(18/05/1921)	Carta Pessoal
405	(16/05/1921)	Carta Pessoal
404	(19/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
403	(21/05/1921)	Carta Pessoal
402	(19/05/1921)	Carta Pessoal
401	(21/05/1921)	Carta Oficial Militar
400	(15/05/1921)	Carta Pessoal
399	(19/05/1921)	Cartão-de-visita
398	(19/05/1921)	Bilhete-postal Pessoal
397	[s.d.]	Carta Comercial CP
396	[s.d.]	Carta Pessoal
395	[s.d.]	Carta Pessoal

Tabela – Listagem de documentos no *Dossier* nº 3

<i>Dossier</i> nº 3		
Numeração dos Docs.	Data	Tipo de Correspondência
1097	(24/11/1921)	Carta Comercial
1096	(22/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1095	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1094	(21/11/1921)	Carta Pessoal
1093	(23/11/1921)	Carta Pessoal
1092	[s.d.]	Carta Pessoal
1091	(22/11/1921)	Carta Pessoal
1090	(20/11/1921)	Carta Pessoal
1089	(22/11/1921)	Carta Oficial Militar
1088	(23/11/1921)	Carta Pessoal
1087	(22/11/1921)	Carta Pessoal
1086	[s.d.]	Cartão-de-visita
1085	(19/11/1921)	Carta Oficial Militar
1084	(22/11/1921)	Carta Pessoal
1083	[s.d.]	Carta Pessoal
1082	(15/11/1921)	Carta Pessoal
1081	(21/11/1921)	Carta Pessoal
1080	(22/11/1921)	Carta Pessoal
1079	(21/11/1921)	Carta Pessoal
1078	(21/11/1921)	Carta Pessoal
1077	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1076	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1075	[s.d.]	Carta Pessoal
1074	(17/11/1921)	Carta Oficial Militar
1073	(20/11/1921)	Carta Pessoal
1072	(19/11/1921)	Carta Oficial Militar
1071	(20/11/1921)	Carta Pessoal
1070	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1069	(20/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1068	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1067	(19/11/1921)	Carta Pessoal
1066	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1065	[s.d.]	Carta Pessoal
1064	[s.d.]	Carta Oficial
1063	(18/11/1921)	Carta Pessoal
1062	(16/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1061	[s.d.]	Carta Pessoal
1060	(16/11/1921)	Carta Pessoal
1059	(16/11/1921)	Carta Oficial Militar
1058	(17/11/1921)	Carta Pessoal

1057	[s.d.]	Bilhete-postal Pessoal
1056	(17/11/1921)	Carta Pessoal
1055	(11/11/-) s/ano	Bilhete-postal Pessoal
1054	(15/11/1921)	Carta Oficial Militar
1053	(15/11/1921)	Carta Comercial CP
1052	(15/11/1921)	Carta Pessoal
1051	(16/11/1921)	Carta Pessoal
1050	(12/11/1921)	Carta Oficial Militar
1049	[s.d.]	Carta Pessoal
1048	(14/11/1921)	Carta Pessoal
1047	(12/11/1921)	Carta Pessoal
1046	(11/11/1921)	Carta Pessoal
1045	(12/11/1921)	Carta Pessoal
1044	(11/11/1921)	Carta Oficial Militar
1043	(07/11/1921)	Carta Oficial Militar
1042	(12/11/1921)	Carta Pessoal
1041	(11/11/1921)	Carta Pessoal
1040	[s.d.]	Carta Pessoal
1039	(13/11/1921)	Cartão-de-visita
1038	(10/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1037	(11/11/1921)	Carta Pessoal
1036	(12/11/1921)	Carta Pessoal
1035	(10/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1034	(08/11/1921)	Carta Oficial Militar
1033	(04/11/1921)	Carta Pessoal
1032	(10/11/1921)	Carta Oficial Militar
1031	(09/11/1921)	Carta Oficial Militar
1030	(08/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1029	(09/11/1921)	Cartão-de-visita
1028	(08/11/1921)	Carta Comercial CP
1027	(07/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1026	(07/11/1921)	Carta Oficial Militar
1025	(06/11/1921)	Carta Pessoal
1024	[s.d.]	Cartão-de-visita
1023	(-/11/1921)	Carta Pessoal
1022	(07/11/1921)	Carta Pessoal
1021	(06/11/1921)	Carta Pessoal
1020	(06/11/1921)	Carta Pessoal*
1019	(07/11/1921)	Carta Oficial Militar
1018	(04/11/1921)	Carta Pessoal
1017	(06/11/1921)	Carta Pessoal
1016	(04/11/1921)	Carta Oficial Militar
1015	(04/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1014	(04/11/1921)	Carta Pessoal
1013	(04/11/1921)	Carta Oficial Militar

1012	(05/11/1921)	Carta Pessoal
1011	(03/11/1921)	Carta Pessoal
1010	(04/11/1921)	Carta Pessoal
1009	(04/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
1008	(03/11/1921)	Carta Pessoal
Doc. sem numeração	(01/01/1938)	Recibo
1007	(03/11/1921)	Carta Oficial Militar
1006	(02/11/1921)	Carta Oficial Militar
1005	(03/11/-) s/ano	Bilhete-postal Pessoal
1004	(02/11/1921)	Carta Oficial Militar
1003	(03/11/1921)	Carta Pessoal
1002	[s.d.]	Carta Pessoal
1001	(02/11/1921)	Carta Pessoal
1000	(02/11/1921)	Carta Oficial Militar
999	[s.d.]	Cartão-de-visita
998	[s.d.]	Cartão-de-visita
997	(02/11/1921)	Carta Oficial Militar
996	(01/11/1921)	Carta Oficial Militar
995	(01/11/1921)	Carta Oficial Militar
994	(31/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
993	(01/11/1921)	Carta Pessoal
992	(01/11/1921)	Carta Pessoal
991	(01/11/1921)	Bilhete-postal Pessoal
990	(31/10/1921)	Carta Pessoal
989	(01/11/1921)	Carta Comercial
988	(01/11/1921)	Carta Pessoal
987	(01/11/1921)	Carta Oficial Militar
986	(31/10/1921)	Carta Oficial Militar
985	(01/11/1921)	Carta Oficial Militar
984	(30/10/1921)	Carta Pessoal
983	(30/10/1921)	Carta Pessoal
982	(31/10/1921)	Carta Pessoal
981	(18/10/1921)	Carta Pessoal
980	(30/10/1921)	Carta Pessoal
979	(28/10/1921)	Carta Pessoal
978	(27/10/1921)	Carta Oficial Militar
977	(29/10/1921)	Carta Oficial Militar
976	(29/10/1921)	Carta Oficial Militar
975	(29/10/1921)	Carta Pessoal
974	(28/-/1921) Mês ilegível	Carta Pessoal
973	(28/10/1921)	Carta Comercial CP
972	(28/10/1921)	Carta Pessoal
971	(27/10/1921)	Carta Oficial Militar
970	(25/10/1921)	Carta Pessoal
969	(27/10/1921)	Carta Pessoal

968	[s.d.]	Carta Pessoal
967	(26/10/1921)	Carta Pessoal
966	(27/10/1921)	Carta Pessoal
965	(24/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
964	(23/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
963	(24/10/1921)	Telegrama Pessoal
962	(23/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
961	(22/10/1921)	Carta Pessoal
960	(19/10/1921)	Carta Pessoal
959	(15/10/1921)	Carta Pessoal
958	(19/10/1921)	Carta Pessoal
957	(18/10/1920)	Carta Pessoal
956	(17/10/1921)	Carta Oficial
955	(17/10/1921)	Carta Pessoal
954	(18/-/1921) Mês Ilegível	Carta Pessoal
953	(-/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
952	(17/10/1921)	Carta Pessoal
951	(15/10/1921)	Carta Pessoal
950	(16/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
949	(14/10/1921)	Carta Pessoal
948	(14/10/1921)	Carta Oficial Militar
947	(13/10/1921)	Carta Pessoal
946	(13/10/1921)	Carta Pessoal
945	[s.d.]	Cartão-de-visita
944	(10/10/1921)	Carta Pessoal
943	(14/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
942	(13/10/1921)	Carta Pessoal
941	(11/10/1921)	Carta Pessoal
940	(13/10/1921)	Carta Pessoal
939	(09/10/1921)	Carta Pessoal
938	(10/10/1921)	Cartão-de-visita
937	(09/10/1921)	Carta Pessoal
936	(11/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
935	(08/10/1921)	Carta Pessoal
934	(11/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
933	(10/10/1921)	Carta Pessoal
932	(11/10/1921)	Carta Oficial Militar
931	(10/10/1921)	Carta Pessoal
930	(08/10/1921)	Carta Memorandum
929	(08/10/1921)	Carta Oficial Militar
928	(07/10/1921)	Carta Pessoal
927	(03/10/1921)	Carta Oficial Militar
926	(08/10/1921)	Carta Oficial Militar
925	(04/10/1921)	Carta Oficial Militar
924	(07/10/1921)	Carta Oficial Militar

923	[s.d.]	Cartão-de-visita
922	(09/10/1921)	Carta Pessoal
921	(09/10/1921)	Carta Pessoal
920	(08/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
919	(07/10/1921)	Carta Pessoal
918	[s.d.]	Carta Pessoal
917	(06/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
916	[s.d.]	Cartão-de-visita
915	(06/10/1921)	Carta Pessoal
914	(06/10/1921)	Carta Pessoal
913	(17/09/-) s/ano	Carta Pessoal
912	(30/09/1921)	Carta Pessoal
911	(01/10/1921)	Carta Pessoal
910	(06/10/1921)	Carta Pessoal
909	(04/10/1921)	Carta Pessoal
908	(03/10/1921)	Carta Oficial Militar
907	(02/10/1921)	Carta Oficial Militar
906	(04/10/1921)	Carta Oficial Militar
905	(04/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
904	(02/09/1921)	Carta Pessoal
903	(04/10/1921)	Carta Pessoal
902	(03/10/1921)	Carta Oficial Militar
901	(03/10/1921)	Carta Oficial Militar
900	(03/10/1921)	Carta Oficial Militar
899	(02/10/1921)	Carta Pessoal
898	(28/09/1921)	Carta Pessoal
897	(29/09/1921)	Carta Pessoal
896	(02/10/1921)	Carta Pessoal
895	(01/10/1921)	Bilhete-postal Pessoal
894	(30/09/1921)	Carta Oficial Militar
893	(30/09/1921)	Carta Oficial Militar
892	(30/09/1921)	Carta Pessoal
891	(30/09/1921)	Carta Pessoal
890	(30/09/-) s/ano	Carta Pessoal
889	(30/09/1921)	Carta Pessoal
888	~	Documento Inexistente
887	(29/09/1921)	Carta Pessoal
886	(01/10/1921)	Carta Pessoal
885	(30/09/1921)	Carta Pessoal
884	(01/10/1921)	Carta Oficial Militar
883	(30/09/1921)	Carta Oficial Militar
882	(30/09/1921)	Carta Oficial Militar
881	(30/09/1921)	Carta Oficial Militar
880	(29/09/1921)	Carta Oficial Militar
879	(30/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal

878	(27/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
877	(30/09/1921)	Carta Pessoal
876	(28/09/1921)	Carta Pessoal
875	(28/09/1921)	Carta Oficial Militar
874	(29/09/1921)	Carta Pessoal
873	(29/09/1921)	Carta Pessoal
872	[s.d.]	Carta Pessoal
871	[s.d.]	Carta Pessoal
870	[s.d.]	Carta Pessoal
869	(26/09/1921)	Carta Pessoal
868	(26/09/1921)	Carta Pessoal
867	(27/09/1921)	Carta Pessoal
866	(28/09/1921)	Carta Pessoal
865	[s.d.]	Carta Pessoal
864	(27/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
863	(28/09/1921)	Carta Pessoal
862	(27/09/1921)	Telegrama Pessoal
861	(24/09/1921)	Carta Oficial Militar
860	(27/09/1921)	Telegrama Pessoal
859	(26/09/1910)	Telegrama Pessoal
858	(25/09/1921)	Carta Pessoal
857	(23/09/1921)	Carta Pessoal
856	(23/09/1921)	Carta Pessoal
855	[s.d.]	Carta Comercial
854	(23/09/1921)	Carta Pessoal
853	(21/09/1921)	Carta Pessoal
852	(22/09/1921)	Carta Pessoal
851	(22/09/1921)	Carta Oficial Militar
850	(19/09/1921)	Carta Pessoal
849	(20/09/1921)	Carta Comercial
848	(12/09/1921)	Carta Pessoal
847	(21/09/1921)	Carta Pessoal
846	(19/09/1921)	Carta Pessoal
845	(19/09/1921)	Carta Oficial Militar
844	[s.d.]	Carta Pessoal
843	(19/09/1921)	Carta Comercial CP
842	(19/09/1921)	Carta Comercial CP
841	(18/09/1921)	Carta Pessoal
840	(27/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
839	[s.d.]	Cartão-de-visita
838	(15/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
837	(19/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
836	(18/09/-) s/ano	Carta Pessoal
835	(19/09/1921)	Carta Pessoal
834	(16/09/1921)	Carta Pessoal

833	(17/09/1921)	Carta Pessoal
832	(16/09/1921)	Carta Pessoal
831	(15/09/1921)	Carta Pessoal
[830]	(15/09/1921)	Bilhete-postal Profissional
829	(16/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
828	(13/09/1921)	Carta Pessoal
827	(15/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
826	(15/09/1921)	Carta Oficial Militar
825	(12/09/1921)	Carta Pessoal
824	(13/09/1921)	Carta Pessoal
823	(13/09/1921)	Carta Oficial Militar
822	(12/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
821	(13/09/1921)	Carta Pessoal
820	(15/09/1921)	Carta Pessoal
819	(12/09/1921)	Carta Pessoal
818	(10/09/1921)	Carta Pessoal
817	~	Documento Inexistente
816	(13/09/1921)	Carta Pessoal
815	(13/09/1921)	Carta Pessoal
814	(12/09/1921)	Carta Pessoal
813	(11/09/1921)	Carta Oficial Militar
812	(12/09/1921)	Carta Oficial Militar
811	(10/09/1921)	Carta Oficial
810	(11/09/1921)	Carta Pessoal
809	(09/-/1921)	Carta Pessoal
808	(12/09/1921)	Carta Oficial Militar
807	(12/09/1921)	Carta Pessoal
806	(10/09/1921)	Carta Pessoal
805	(09/09/1921)	Carta Pessoal
804	(08/09/1921)	Carta Pessoal
803	(08/09/1921)	Carta Oficial Militar
802	(15/09/1921)	Carta Pessoal
801	(05/09/1921)	Carta Pessoal
800	(08/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
799	(07/08/1921)	Carta Pessoal
798	(09/09/1921)	Carta Pessoal
797	[s.d.]	Carta Pessoal
796	(06/09/1921)	Carta Pessoal
795	(07/09/1921)	Telegrama Pessoal
794	(06/09/1921)	Bilhete-postal Pessoal
793	(06/09/1921)	Carta Oficial Militar
792	(05/09/1921)	Carta Pessoal
791	(06/09/1921)	Carta Pessoal
790	(03/09/1921)	Carta Oficial Militar

789	(03/09/1921)	Carta Comercial CP
788	(03/08/1921)	Carta Pessoal
787	(03/09/1921)	Carta Oficial Militar
786	(04/09/1921)	Carta Pessoal
785	(02/09/1921)	Carta Oficial Militar
784	(31/08/1921)	Carta Oficial Militar
783	(01/09/1921)	Carta Oficial Militar
782	(01/09/1921)	Carta Oficial Militar
781	(02/09/1921)	Carta Oficial Militar
780	(02/08/1921)	Carta Oficial Militar
779	(03/09/1921)	Telegrama Pessoal
778	(30/08/1921)	Carta Pessoal
777	(03/09/1921)	Carta Pessoal
776	(02/09/1921)	Carta Oficial Militar
775	(01/09/1921)	Carta Pessoal
774	(27/08/1921)	Carta Pessoal
773	(31/08/1921)	Carta Pessoal
772	(01/09/1921)	Carta Pessoal
771	~	Documento Inexistente
770	(31/08/1921)	Carta Oficial Militar
769	(01/09/1921)	Carta Oficial Militar
768	(-/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
767	(31/08/1921)	Carta Pessoal
766	(01/09/1921)	Carta Comercial
765	(29/08/1921)	Carta Oficial Militar
764	(31/08/1921)	Carta Pessoal
763	(26/08/1921)	Carta Pessoal
762	(29/08/1921)	Carta Pessoal
761	(27/08/1921)	Carta Oficial Militar
760	(31/08/1921)	Carta Oficial Militar
759	(29/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
758	(27/08/1921)	Carta Oficial Militar
757	(28/08/1921)	Carta Pessoal
756	(28/08/1921)	Carta Pessoal
755	(29/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
754	(28/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
753	(26/08/1921)	Telegrama Pessoal
752	(27/08/1921)	Carta Pessoal
751	(23/08/1921)	Carta Pessoal
750	(27/08/1921)	Carta Oficial Militar
749	(26/08/1921)	Carta Pessoal
748	(26/08/1921)	Carta Oficial Militar
747	(25/08/1921)	Carta Pessoal
746	(25/08/1921)	Carta Oficial Militar
745	(24/08/1921)	Carta Pessoal

744	~	Documento Inexistente
743	(25/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal
742	(23/08/1921)	Carta Pessoal
741	(25/08/1921)	Telegrama Pessoal
740	(20/08/1921)	Carta Pessoal
739	[s.d.]	Carta Pessoal
738	(17/08/1921)	Carta Pessoal
737	(24/08/1921)	Bilhete-postal Pessoal